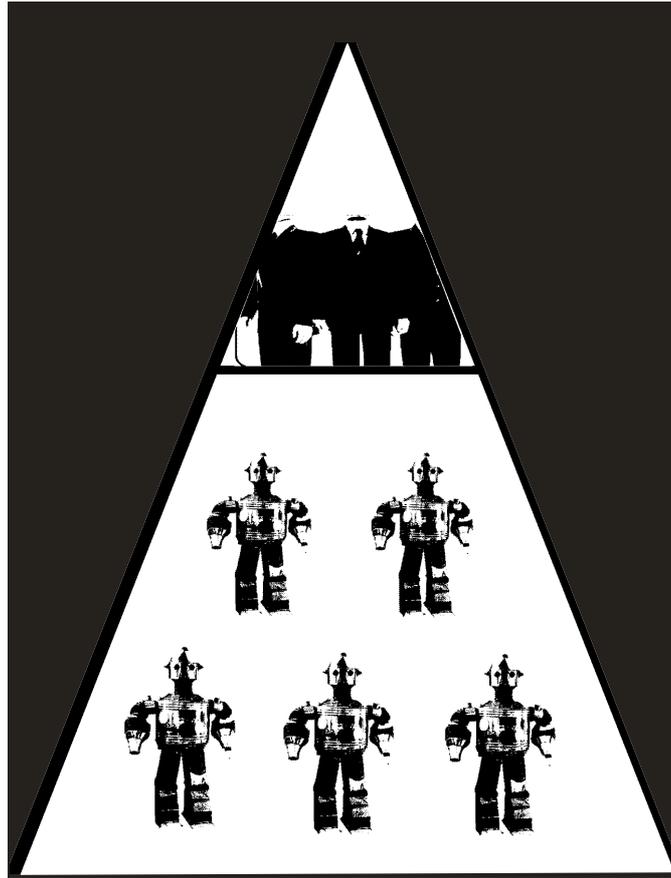


O QUE SÃO PARTIDOS POLÍTICOS?

NILDO VIANA



Outros livros do autor:

Inconsciente Coletivo e Materialismo Histórico

A Filosofia e Sua Sombra

Violência Urbana: A Cidade Como Espaço Gerador de Violência

A Consciência da História

Escritos Metodológicos de Marx

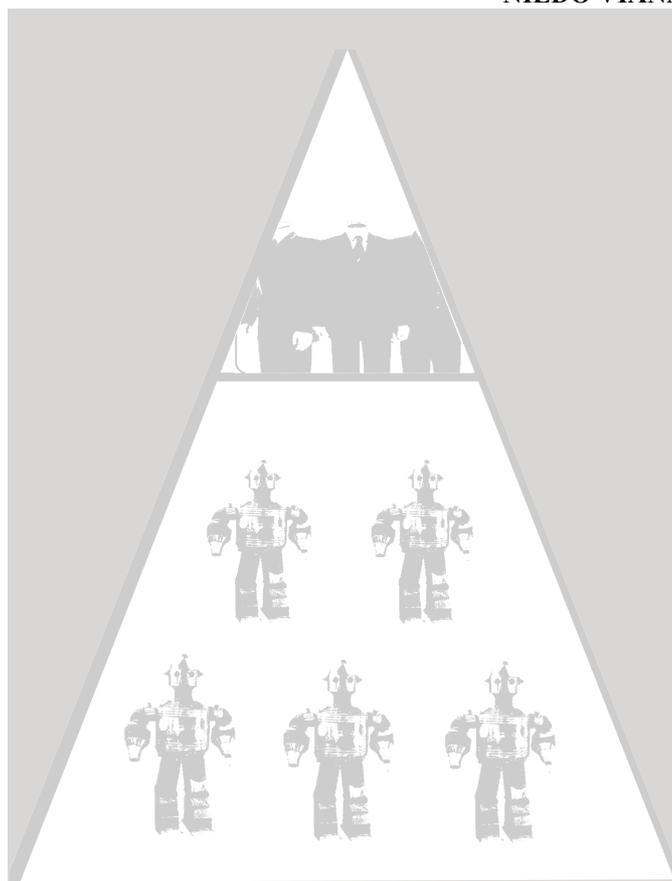
Estado, Democracia e Cidadania

A Elaboração do Projeto de Pesquisa

A Questão da Causalidade nas Ciências Sociais

O QUE SÃO PARTIDOS POLÍTICOS?

NILDO VIANA



© Todos os direitos reservados para esta edição a Edições
Germinal
Capa: Nildo Viana
Edições Germinal
Goiânia - Goiás
2003

Edições germinal

<http://www.edicoesgerminal.hpg.com.br/>
edicoesgerminal@terra.com.br
Caixa Postal 10006 CEP:74025-970
Goiânia - Goiás

ÍNDICE

Introdução	07
O Conceito de Partido Político.....	11
O Partido Político Como Expressão Política de Classe.....	23
Origem e Formação dos Partidos.....	41
Partidos, Eleições e Democracia Burguesa.....	51
Partidos e Golpe de Estado.....	67
O Fetichismo do Partido.....	79
Bibliografia.....	87

Introdução

O partido político é um dos principais temas da ciência política e da sociologia política e, no entanto, ainda não conseguiu ser objeto de tratamento sistemático e adequado nestas disciplinas científicas. As demais ciências sociais, por sua vez, com exceção da historiografia, pouco se ocuparam com a questão dos partidos políticos.

Os trabalhos realizados sobre os partidos políticos são extremamente descritivos, inclusive os textos clássicos de Robert Michels, *Sociologia dos Partidos Políticos*, e de Maurice Duverger, *Os Partidos Políticos*. O livro de R. Michels tem o mérito de esboçar alguns elementos teóricos e explicativos, onde se destaca sua tese da “lei férrea da oligarquia”. O livro de Duverger é mais descritivo e o seu aspecto explicativo é todo baseado em R. Michels. Ele possui, entretanto, duas vantagens: trata de outros tipos de partidos que não o social-democrata — tipo enfatizado por Michels — e é mais recente, fornecendo, assim, uma maior quantidade de material informativo.

Outros trabalhos importantes sobre partidos políticos foram realizados por Ostrogorski, Max Weber, Umberto Cerroni, entre outros, mas que não produziram uma teoria ou tentativa de teoria satisfatória sobre os partidos políticos.

Por outro lado, no meio político propriamente dito, somente o marxismo e suas deformações se debruçaram sobre a questão do partido. Marx e Engels viveram numa época em que ainda não existiam partidos políticos modernos e somente

no final de suas vidas é que os primeiros partidos social-democratas surgiriam. Eles criticaram os partidos políticos existentes em sua época e, certamente, o posterior desenvolvimento de tais partidos, o qual eles não viram, certamente os deixariam ainda mais desiludidos.

O debate entre Rosa Luxemburgo, integrante do partido social-democrata alemão, e Lênin, líder do partido bolchevique na Rússia, marcaria os primeiros passos de uma teoria marxista do partido político através de Rosa Luxemburgo, que coincide em muitos pontos com as observações de R. Michels.

Posteriormente, houve a obra de Stálin, Gramsci, Togliatti, Lukács, entre outros, voltados para o “partido como sujeito da história”, tal como preconizado por Lênin e sua ideologia da vanguarda, segundo a qual o partido deveria dirigir a classe trabalhadora para conquistar o poder estatal. No lado oposto, Otto Rühle, Paul Mattick, entre outros, seguindo, radicalizando e aprofundando as teses de Rosa Luxemburgo, demonstraram o papel conservador dos partidos políticos e, por conseguinte, negaram a ideologia da vanguarda.

Portanto, a história das idéias sobre os partidos políticos é longa, ampla e às vezes contraditória. Aqui apresentaremos uma assimilação do que há de mais importante escrito sobre os partidos políticos e ao mesmo tempo esboçaremos uma teoria do partido político fundamentada nestes escritos, nos recursos proporcionados pelo método dialético e ainda pela minha própria observação dos partidos políticos.

É seguindo esta trajetória que iremos analisar os partidos políticos. Antes de iniciar, porém, torna-se útil esclarecer um problema de terminologia. Existem três grandes tipos de partidos políticos que, entretanto, não possuem nos diversos países e períodos históricos o mesmo nome. Por isso, tivemos

que nomeá-los arbitrariamente, não no sentido de não haver nenhuma conexão com a realidade e sim no sentido de não haver conexão com os nomes reais dos partidos políticos.

Esses três grandes tipos de partidos políticos são os que denominamos partidos burgueses, partidos social-democratas e partidos bolchevistas. Os demais tipos de partidos são o partido fascista (que engloba o partido nazista alemão e todos os outros considerados nazistas) e o que chamamos de “pequenos partidos”, que agrupa uma variedade ampla de partidos com características próprias e tendo como elemento comum o fato de serem pequenos.

Qual é o motivo que nos leva a adotar esta terminologia? Por que falar em partido bolchevista ao invés de partido comunista? Partidos burgueses ao invés de partidos de direita? Partido social-democrata e não partido “socialista” ou então de “esquerda”?

O motivo é muito simples: não é o nome que define o caráter de um partido. Existem partidos intitulados “comunistas” em quase todos os países do mundo. Ocorre, porém, que o significado das palavras comunismo e comunista, tal como elaborado por Marx, não se aplica a eles. A eles se aplica a palavra bolchevismo, pois sua forma de organização, ideologia, estratégia de conquista do poder, segue o modelo do partido bolchevique russo, bem como seu caráter de classe, que é o mesmo que o do bolchevismo.

Além disso, partidos inspirados no bolchevismo, tal como os de ideologia trotskista, geralmente se intitulam “socialistas revolucionários”, “socialistas dos trabalhadores”, etc. Partidos intitulados comunistas, como os da Europa Ocidental, e que são expressão da corrente chamada “eurocomunista”, assumem uma posição muito mais social-democrata que bolchevista.

Os partidos social-democratas, por sua vez, muitas vezes se intitulam “operários”, “trabalhistas”, “socialistas”, “dos trabalhadores”, etc. Alguns se intitulam social-democratas e expressam exatamente essa posição política enquanto outros de social-democrata só possuem o nome, tal como o PSDB — Partido da Social-Democracia Brasileira.

Outra forma de classificação é a que distingue os partidos de direita dos partidos de esquerda. Tal classificação é insuficiente para definir o caráter de um partido e o uso corrente dos termos direita e esquerda oferece mais confusões que esclarecimento. Por fim, resta dizer que estes tipos de partidos existem na realidade tal qual são apresentados aqui, mas também existem alguns raros casos de partidos que possuem elementos de um ou outro tipo, embora predomine o caráter de um dos tipos colocados. Após estes esclarecimentos podemos iniciar a nossa caminhada.

O que são os partidos políticos? Esta é uma pergunta difícil de responder. A dificuldade surge, em primeiro lugar, da diversidade de partidos políticos que carregam inúmeras diferenças entre si. Em segundo lugar, a relação e semelhança entre partido político e outras instituições que exercem funções políticas podem ofuscar a compreensão da especificidade desta forma de organização política.

Iniciaremos nossa definição de partido político colocando em evidência uma concepção comum mas equivocada. Alguns confundem partido político com “parte política”. Sem dúvida a palavra partido possui uma ligação indissolúvel com a palavra parte. Partido é derivado de parte. Porém, ocorre que, como colocou o italiano Umberto Cerroni, se um “partido político” é uma “parte política”, nem toda “parte política” é um “partido político”¹. O movimento ecológico, por exemplo, pode ser considerado uma parte política mas não um partido.

Portanto, é necessário compreender a especificidade do *partido político moderno*, ou seja, é preciso descobrir em que ele se distingue das demais organizações políticas e sociais. Podemos ler em livros de história referências ao “partido de César” ou ao “partido de Napoleão”, mas isto não quer dizer que existiam partidos políticos nestas épocas. Em primeiro lugar, devemos ter em conta que os partidos políticos são

¹CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

fenômenos modernos, ou seja, são produtos típicos da sociedade moderna, capitalista. É com a formação do modo de produção capitalista e do Estado que lhe é correspondente, o Estado burguês, que surge os partidos políticos.

A noção de partido que se manifesta na expressão “partido de César” é demasiadamente ampla e significa o mesmo que “posição”. Quando Marx escreveu o famoso *Manifesto do Partido Comunista* não se referia aos “partidos comunistas” existentes hoje, pois não utilizava a noção moderna de partido. Tal Manifesto se referia à posição dos indivíduos que se denominavam comunistas.

Portanto, partido político não é nem parte nem posição política. Também não é “um grupo cujos membros se propõem a agir de comum acordo na luta de concorrência pelo poder político” (Schumpeter), pois um grupo de guerrilheiros não é um partido político e possui estas mesmas características. Também não pode ser compreendido simplesmente como uma “máquina organizativa mais um programa político” (Cerroni), pois inúmeras organizações da sociedade civil (por exemplo, sindicatos, movimentos sociais) podem possuir, e muitos efetivamente possuem, tais elementos em sua composição. Mas, afinal, o que é um partido político?

Os partidos políticos são *organizações burocráticas* que *visam à conquista do Estado* e *buscam legitimar* esta luta pelo poder *através da ideologia da representação* e *expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes*. Assim, os quatro elementos principais que caracterizam os partidos políticos são: a) organização burocrática; b) objetivo de conquistar o poder do Estado; c) ideologia da representação como base de sua busca de

legitimação; e d) expressão dos interesses de classe ou fração de classe.

Uma organização burocrática se caracteriza por funcionar através da relação dirigentes-dirigidos. Aqueles que dirigem, os burocratas, tomam as decisões e controlam os dirigidos. Na sociedade contemporânea, existem diversas organizações burocráticas além dos partidos políticos, tais como: os sindicatos, as igrejas, as escolas, o próprio Estado, etc.

Por que os partidos políticos são organizações burocráticas? Eles são organizações burocráticas devido seu objetivo de conquistar o poder político, pois para realizá-lo é necessário ter eficácia, o que pressupõe recursos humanos e financeiros, disciplina, unidade, etc. Os partidos políticos que buscam conquistar o poder através da democracia representativa (processo eleitoral) precisam movimentar enormes quantias de dinheiro para financiar a campanha eleitoral, precisam de um quadro de funcionários eficientes e disciplinados, precisam de uma unidade de ação, sem os quais uma vitória seria quase impossível.

Os partidos políticos que buscam conquistar o poder através de golpe de Estado precisam de uma sólida estrutura organizativa, financeira. Como o meio escolhido para se chegar ao poder é ilegal, então a clandestinidade ou semiclandestinidade é necessária. Uma disciplina de caráter militar, um controle da burocracia sobre os demais membros, são fatores indispensáveis.

Portanto, a eficiência e a eficácia exigem a burocratização dos partidos políticos. Isto é mais forte ainda nos partidos que buscam “representar” a classe trabalhadora. Os motivos disto veremos mais adiante. Pode-se dizer que “à medida que o partido moderno evolui para uma forma de

organização mais sólida, vemos acusar-se muito mais a tendência a substituir os chefes ocasionais por chefes profissionais. Toda organização partidária, mesmo pouco complicada, exige certo número de pessoas que lhe dediquem toda a sua atividade. A massa delega, então, o contingente necessário, e os delegados, munidos de uma procuração formal, representam a massa de forma permanente e abandonam suas outras atividades”².

Cria-se, assim, no interior do partido, uma divisão entre dirigentes e dirigidos, entre “chefes”, “líderes”, por um lado, e “massas”, “liderados”, por outro. Estes dirigentes formam a *burocracia partidária*. Esta burocracia comanda o partido, embora existam variações de grau na burocratização entre os diferentes partidos. Neste sentido, é perfeitamente correta a tese de Robert Michels da “lei férrea da oligarquia”, segundo a qual em todos os partidos uma oligarquia de burocratas monopoliza o poder. Nos partidos conservadores, que recruta sua liderança na classe capitalista, ou seja, naqueles que possuem uma riqueza acumulada maior, não existe confronto entre a base social do partido e sua camada dirigente, ou seja, a burocratização não é um processo problemático para tais partidos.

Assim, o partido político é uma organização burocrática porque isto é necessário para atingir o seu objetivo, que é a conquista do poder do Estado. A burocracia partidária ao conquistar o poder remete grande parte de seus membros para os quadros da burocracia estatal. Mas nenhum partido pode conquistar o poder do Estado sem uma “base social”, ou seja,

²MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UNB, 1982, p. 23.

sem o apoio das “massas” ou de classes e frações de classes. Na democracia representativa somente se conquista o poder do Estado através do processo eleitoral, ou seja, somente conquistando o apoio de um número considerável de eleitores é que se pode ascender ao poder. Num golpe de Estado, é necessário possuir um mínimo de apoio popular e ter o respaldo de forças militares (estatais ou não).

No primeiro caso, um partido conservador para ganhar a eleição deve dissimular (esconder algo que efetivamente existe) seus reais interesses e simular (fingir algo que não existe) ser o representante do “povo”, das “massas”. Esse processo de dissimulação-simulação também se encontra presente nos partidos conservadores que tentam conquistar o poder por via do golpe de Estado. Dissimula-se o verdadeiro interesse de manter a ordem capitalista baseada na exploração de uma classe social por outra, que é de interesse da classe dominante, e simula-se representar o “povo”, a “nação”, etc.

Aqui se observa duas coisas: por um lado, a existência de um interesse declarado, mas falso, juntamente com a existência de um interesse real, verdadeiro, mas omitido no discurso e por outro lado, a ideologia da representação.

O processo de dissimulação-simulação, marcado pela declaração de um interesse falso e pela omissão do verdadeiro interesse, tem sua raiz no caráter de todo partido político. A sociedade capitalista, que é onde emerge os partidos políticos e a democracia representativa, é marcada pelo conflito entre as diversas classes sociais existentes, sendo que as classes fundamentais são a classe capitalista e a classe operária. Somente compreendendo este conflito que se pode entender o processo de dissimulação-simulação realizado pelos partidos políticos.

A classe capitalista se caracteriza por ser a proprietária dos meios de produção (terras, fábricas, máquinas, ferramentas, etc.) e a classe operária por ter como única propriedade sua “força de trabalho” (capacidade física e intelectual de executar atividades). Assim, a classe operária está destituída de qualquer outra propriedade e por isso tem que vender sua força de trabalho ao capitalista.

O operário cede sua força de trabalho e em troca o capitalista lhe paga um salário. Este salário serve para satisfazer as necessidades, historicamente determinadas, do trabalhador. Através da satisfação de suas necessidades básicas, o operário poderá continuar trabalhando para o capitalista.

O operário ganha o salário. E o capitalista? Este ganha o lucro. O que é o lucro? É o produto da exploração do operário. Como isto ocorre? O processo de exploração capitalista ocorre pelo simples fato de que os meios de produção (terras, fábricas, etc.) não acrescentam valor às mercadorias. As máquinas sozinhas não produzem nada, pois é necessário o trabalho humano para que elas se movimentem. Mais importante do que isso é o fato de que máquinas apenas repassam seu valor às mercadorias enquanto que o trabalho humano acrescenta valor a elas.

O lucro do capitalista vem deste valor acrescentado à mercadoria pelo trabalhador. Este mais-valor acrescentado à mercadoria é apropriado pelo capitalista que cede uma pequena parcela deste aos trabalhadores, como forma de pagamento, ou seja, como salário. Portanto, é aí que reside a exploração do trabalhador pelo capitalista.

A classe operária, mesmo quando não tem consciência da exploração, resiste e luta contra ela. Uma das formas de luta se

encontra na busca de aumentos salariais e a arma mais eficaz que ela utiliza é a greve. Entretanto, aumentos salariais significam uma diminuição na taxa de lucro do capitalista. Por conseguinte, este luta para manter estabilizado os níveis salariais.

Mas a classe capitalista pode utilizar outros meios para evitar a queda da taxa de lucro, tal como a expansão do processo inflacionário. Neste caso, os aumentos salariais são concedidos mas são repassados aos preços dos produtos e, por conseguinte, não aumentam o nível de renda dos operários e nem diminui a taxa de lucro do capitalista.

Outra forma que a classe capitalista utiliza para manter e se possível aumentar a taxa de lucro é através do aumento de produtividade. Este aumento de produtividade significa que o operário irá produzir mais durante o mesmo período de tempo de trabalho, ou seja, ele irá produzir em oito horas de trabalho não mais dez unidades e sim quinze, por exemplo. Se não houver aumento de salário ou se este for proporcionalmente menor ao aumento de produtividade, então aumentar-se-á a taxa de lucro do capitalista, ou seja, a taxa de exploração do trabalhador.

Entretanto, a classe operária não luta apenas para diminuir a exploração mas também para aboli-la. Em determinadas circunstâncias históricas, o proletariado se organiza nas fábricas através de movimentos grevistas e da formação de conselhos operários e passam a autogerir a produção e colocar em questão a exploração e dominação capitalista.

A luta entre a burguesia e o proletariado não se limita ao local de produção. Ela se expande para o conjunto da sociedade e se complexifica devido ao envolvimento de outras

classes sociais (camponato, burocracia, etc.). O Estado capitalista, expressão política da classe dominante, busca controlar as classes e conflitos e para fazer isto canaliza as lutas políticas em sua direção.

O Estado busca institucionalizar a luta de classes e assim amortecê-la. A democracia representativa é o principal instrumento utilizado para isto nos regimes democráticos e a repressão assume a forma de principal meio de amortecimento da luta de classes nos regimes ditatoriais.

Os partidos também são envolvidos pela luta de classes e pela ação estatal. A liberdade jurídica garante, ficticiamente, a todos os indivíduos e classes a sua organização em partido político. Ocorre, porém, que existe uma legislação sobre partidos que dificultam a formação de partidos sem recursos financeiros, estrutura burocrática, etc.

Além dos limites legais, existem os limites reais, que são mais importantes. Quais são estes limites? São os limites financeiros, intelectuais, entre outros, que impedem que as classes exploradas (classe operária, camponato, etc.) participem em condições de igualdade na disputa política com a classe capitalista e suas classes auxiliares (burocracia, por exemplo).

As classes sociais se organizam em diversas instituições, entre as quais os partidos políticos. A maioria dos partidos políticos são representantes exclusivos da classe dominante e o restante são hegemônicos por suas classes auxiliares. A burocracia ocupa um lugar especial neste contexto pois ela não só *participa* nos partidos políticos (saindo dos quadros do Estado, dos sindicatos, das empresas, etc.), como também é *constituída* neles, formando uma nova fração de classe da burocracia, a burocracia partidária. Nos partidos políticos estão

presentes não só a burocracia estatal, sindical, universitária, como também e principalmente a burocracia partidária.

O interesse da burocracia partidária é assumir o poder. Os partidos burgueses possuem o interesse de conquistar o poder e, ao mesmo tempo, garantir a reprodução do modo de produção capitalista. Isto, entretanto, contradiz os interesses da classe operária. Ocorre, porém, que os eleitores provenientes da classe burguesa são numericamente insignificantes e por isso se torna necessário conquistar os votos dos eleitores das demais classes sociais, em especial da classe operária e dos demais setores explorados, devido ao fato deles serem a maioria esmagadora. É por isso que os partidos burgueses, mas não só estes, como veremos adiante, apresentam um interesse declarado que é falso (“representar” o “povo”) e omitem o seu verdadeiro interesse (conquistar o poder para distribuir cargos entre a burocracia partidária e reproduzir o modo de produção capitalista e alguns interesses específicos de frações da burguesia ligados a um ou outro partido político)³.

³ Amitai Etzioni observou a existência de dois tipos de objetivos em uma organização: o objetivo declarado (falso) e o objetivo real. Segundo ele, “existem, pelo menos, duas razões pelas quais o chefe de uma organização pode dizer que a organização aspira a determinados objetivos que, de fato, diferem dos que realmente procura atingir. Em alguns casos, o chefe pode não estar consciente da discrepância, a situação real não lhe é indicada. Os chefes de alguns departamentos universitários, por exemplo, só contam com informação muito imprecisa a respeito do que ocorre com a maior parte de seu ‘produto’, isto é, os estudantes formados. Por isso, um chefe de departamento e sua equipe podem acreditar que o departamento se dedica a preparar futuros nobelistas em física, embora, na prática, funcione principalmente como fornecedor de competentes pesquisadores de ciência aplicada em indústria

Assim, se produz o processo de dissimulação-simulação nos partidos políticos. Isto se reproduz até nos partidos que dizem combater o capitalismo, notadamente o “socialista”, o “comunista”, o “operário”, etc., mas de forma diferente, tal como será visto posteriormente. Desta forma, os partidos políticos utilizam a ideologia da representação para buscar ascender ao poder. Esta ideologia surge com a própria formação da democracia burguesa, que, ao contrário da democracia escravista grega, se fundamenta na idéia de representação.

Representar significa tornar novamente presente. O representante deve, em seus atos, tornar novamente presente o representado. Isto, na democracia representativa, é mera ficção, devido, entre outras coisas, ao processo já referido de dissimulação-simulação realizado pelos partidos políticos. O eleitor, após escolher seu “representante”, não exerce nenhum controle sobre ele. Tal como colocou Pierre-Joseph Proudhon, “Os representantes do povo mal conquistam o poder e logo procuram consolidá-lo e reforçá-lo. Eles cercam incessantemente suas posições com novas trincheiras defensivas, até conseguirem se libertar por completo do

eletrônica. É mais freqüente que líderes de organizações exprimam, conscientemente, objetivos que diferem dos que são realmente procurados, porque esse mascaramento auxilia os objetivos que a organização de fato deseja atingir. Uma organização cujo objetivo real é obter lucro pode ter vantagens se puder passar por uma organização educacional, não-lucrativa. E uma organização cujo objetivo seja derrubar o governo legítimo de um país, provavelmente, se beneficia se puder passar por legítimo partido político” (ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. 7ª edição, São Paulo, Pioneira, 1984, p. 9).

controle popular. É um ciclo natural percorrido por todo representante: oriundo do povo ele acaba por cima do povo”⁴.

Na verdade, na democracia representativa, o eleitor ao escolher seu representante delega o poder a este e de “soberano” passa a “súdito”. Delegação de poder significa transferência de poder. “Terminadas as eleições, termina também o poder dos eleitores sobre os seus eleitos”⁵. Mas, para se manter no poder, a burocracia partidária, tanto nas questões internas do partido quanto nas externas, precisa apelar para a ideologia da representação. É por isso que a democracia representativa também é chamada de democracia burguesa, pois nela prevalece os interesses e a hegemonia da classe burguesa, reforçada pela ajuda de sua classe auxiliar, a burocracia.

Outro elemento definidor dos partidos políticos é o seu objetivo de conquistar o poder do Estado. Mesmo os pequenos partidos sonham com a conquista do poder estatal e enquanto isto é um horizonte quase impossível de se atingir, buscam conquistar espaços através das eleições, às vezes aliando-se aos grandes partidos em troca de cargos públicos.

Portanto, os partidos integrados na democracia burguesa aspiram, em maior ou menor grau, a aquisição do poder. Mas existem partidos que buscam conquistar o poder estatal através de golpe de Estado, tal como os partidos nazistas, fascistas, stalinistas, leninistas, entre outros. Os objetivos são os mesmos, os meios é que são diferentes. Entretanto, ainda se apela para a ideologia da representação, os partidos stalinistas e leninistas dizem “representar” a classe operária e o partido

⁴Cit. por: MICHELS, Robert. Ob. cit., p. 24.

⁵MICHELS, Robert. Ob. cit., p. 25.

nazista a “raça ariana” e assim por diante.

Todo partido político é expressão política de uma ou outra classe social. Ocorre, porém, que a ideologia da representação ofusca a visão de qual classe o partido representa realmente. Apesar disso, o fato do partido ser expressão política de classe é fundamental, e é por isto que lhe dedicaremos o capítulo seguinte. Enfim, os partidos políticos modernos possuem estas características e outras que lhe são derivadas. Estas são as suas características fundamentais e que expressam o que eles são.

O Partido Político Como Expressão Política de Classe

Os partidos políticos, tal como foi dito anteriormente, expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe.

A relação entre partido e classe pode ser observada sob dois ângulos principais: o da sua composição social e o da hegemonia. Outro aspecto, menos importante, que está envolvido com a relação entre partido e classe é o seu “público alvo”, para utilizar linguagem dos especialistas em relações públicas. O “público alvo” é a parte da população ao qual o partido privilegia no seu discurso político, o qual ele diz ser “representante”.

Do ponto de vista da composição social, existem partidos mais homogêneos e menos homogêneos. Os partidos burgueses, os pequenos partidos, os partidos fascistas e os partidos bolchevistas são mais homogêneos, enquanto que os partidos social-democratas são mais heterogêneos.

A homogeneidade na composição social dos partidos burgueses, fascistas, pequenos e bolchevistas não significa que no interior deles existam indivíduos pertencentes a uma única classe e sim que existe apenas uma classe social que possui consciência de seus interesses gerais e que os indivíduos de outras classes presentes no partido estão envolvidos pela ideologia desta classe.

Os partidos burgueses, por exemplo, também possuem no seu interior indivíduos proletários, pequenos proprietários, etc., que no entanto, não manifestam os interesses de sua classe e sim a da classe hegemônica no partido. O mesmo ocorre com os demais partidos homogêneos.

Os indivíduos proletários que se encontram no interior dos partidos burgueses manifestam seus interesses individuais definidos a partir da ideologia e mentalidade burguesas. Se o interesse de classe do proletariado é abolir o modo de produção capitalista e instaurar a autogestão social, o interesse destes indivíduos distanciados de sua classe é a ascensão social, ou seja, é conquistar uma melhor posição no interior da sociedade burguesa.

O mesmo ocorre com os indivíduos proletários integrados nos partidos bolchevistas, embora sob forma diferente. Como os partidos bolchevistas são dirigidos pela fração mais extremista da burocracia, que busca implantar sua própria forma de dominação em substituição à dominação burguesa, o que predomina neles é a ideologia da vanguarda, segundo a qual os intelectuais bolchevistas seriam os representantes do proletariado. Estes indivíduos proletários introjetam esta ideologia e a reproduzem.

Os partidos social-democratas, que muitos pesquisadores tomaram como “modelo de partido político” (Michels, Cerroni), são aqueles que podemos qualificar de heterogêneos. Isto ocorre não só porque no seu interior existe uma maior variedade de classes e frações de classe como também pelo motivo de que estas manifestam, mesmo que contraditoriamente, os seus interesses de classe.

Esta é a razão da existência de tendências e luta entre elas no interior deste tipo de partido. A classe operária, o

campesinato, os pequenos proprietários, a burocracia, entre outras, de forma unificada ou dividida em suas frações, lutam pela hegemonia no interior do partido. O que predomina neste partido é a burocracia, não só por que o seu principal suporte é a burocracia sindical como também e principalmente pelo fato de que o próprio partido cria uma fração da burocracia, que é a burocracia partidária.

Portanto, do ponto de vista da composição social, todos os partidos políticos possuem no seu interior indivíduos pertencentes a diversas classes sociais. Entretanto, existe uma diferença entre partidos homogêneos e heterogêneos, pois nos primeiros a classe hegemônica no partido reina absoluta enquanto que nos últimos a luta pela hegemonia se torna uma constante no seu interior.

Podemos dizer, então, que o problema da hegemonia é fundamental para definir o caráter de classe de um partido. Nos partidos homogêneos (burgueses, pequenos, bolchevistas) reina a hegemonia absoluta de uma classe. Neste sentido, podemos dizer que estes são partidos *monoclassistas*.

Pode-se, entretanto, perguntar: mas não existem disputas internas nestes partidos? E as notícias que ouvimos cotidianamente nos jornais sobre grupos que apóiam candidatos diferentes à presidência da república ou de cisões e fusões entre partidos que podem ser considerados burgueses?

Realmente existem disputas internas, mas estas não são disputas entre classes sociais e sim no interior de uma única classe, seja entre suas frações ou entre grupos de interesses. Na linguagem de Duverger, seriam disputas entre clãs¹. Essas

¹ Cf. DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

disputas se dão por divergências entre interesses de frações de classe ou de grupos. No primeiro caso, tomando como exemplo os partidos burgueses, frações diferentes de classe burguesa podem em determinado momento entrar em contradição. A burguesia industrial pode, por exemplo, propor reforma agrária para aliviar os conflitos no campo e garantir a “harmonia social”, enquanto que a burguesia agrária, devido seus interesses, irá se opor radicalmente a esta proposta. No segundo caso, forma-se, no interior dos partidos burgueses, grupos que quando chegam no poder distribuem os principais cargos, bem como sua maioria, aos seus integrantes, em detrimento dos demais grupos. Isto cria um conflito entre grupos no interior do partido. Em nenhum dos dois casos se vê disputa entre classes e sim no interior de uma mesma classe.

No caso dos partidos bolchevistas, onde o processo de dissimulação-simulação assume um papel mais importante e é tido como verdadeiro pela maioria de seus agentes, as disputas internas se manifestam principalmente sob a forma de divergências político-ideológicas referentes a como atuar junto ao “público alvo”, (no caso, a classe operária), ou seja, são provocadas por diferenças de análise da realidade (em especial no que se refere à conjuntura) e no planejamento de atividades (“tática” e “estratégia”) que comandam a ação partidária. Os motivos para tal disputa se encontra em ambições pessoais, disputa de frações da burocracia, carreirismo burocrático, vontade individual de ascensão ao poder, etc., provocados pela mentalidade burguesa e/ou burocrática de seus membros.

A disputa pela hegemonia se torna mais importante e complexa nos partidos social-democratas. A composição social diversificada destes partidos possibilita uma ampla luta pela hegemonia que envolve diferentes classes e frações de classe.

A hegemonia, entretanto, geralmente pertence à direção burocrática do partido. É aí que funciona a “lei férrea da oligarquia”. Evidentemente, existe uma disputa e diversas tendências buscando conquistar o controle do partido. Resta saber o motivo do predomínio da dominação burocrática.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que a burocracia é inseparável do partido político moderno. De acordo com os objetivos a que se propõe o partido político, ele deve se organizar necessariamente de forma burocrática. Por isso, a burocracia partidária é, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma característica do partido político.

É preciso, entretanto, descobrir a origem dessa burocracia partidária na social-democracia. Os chefes partidários são recrutados, obviamente, junto aos próprios integrantes do partido, que são provenientes das mais diversas classes sociais. Ocorre, porém, que a burocracia partidária é composta principalmente por pequeno-burgueses, sindicalistas e “intelectuais”. Sem dúvida, elementos provenientes do proletariado e de outras classes sociais também possuem cargos de direção no partido.

A presença de indivíduos de origem proletária em cargos de direção nos partidos social-democratas não quer dizer nada. Neste sentido, os dois pesquisadores clássicos dos partidos políticos (Duverger e Michels) foram exatos: a elevação de um operário ao cargo de dirigente significa que ele alterou sua condição de classe e se tornou um burocrata. Existe uma “metamorfose psicológica” nos indivíduos oriundos da classe operária quando eles chegam ao poder.

O mesmo ocorre com indivíduos provenientes de outras classes sociais que não a burocracia. Assim, o partido social-democrata, tal como demonstrou R. Michels, é “criador de

novas camadas pequeno-burguesas”, embora, diríamos hoje, com mais exatidão conceitual, de uma nova fração de classe da burocracia: a burocracia partidária.

A origem social dos membros da burocracia partidária encontra-se nas diversas classes sociais que compõem o partido, inclusive no proletariado. Mas os membros da direção do partido que são oriundos da classe operária são numericamente insignificantes.

A maioria dos componentes da burocracia partidária surge da burocracia sindical, dos pequenos proprietários e de outras classes auxiliares da burguesia.

Uma vez formada, a burocracia partidária se torna uma fortaleza quase impossível de ser derrubada. Além disso, com o apoio das demais frações de classe da burocracia, ela se torna a classe hegemônica no partido.

As razões deste predomínio de indivíduos provenientes das classes privilegiadas na direção do partido e da hegemonia da burocracia nos remetem novamente à questão da composição social do partido.

Uma parte considerável dos filiados dos partidos social-democratas é proveniente da classe operária. Sem dúvida, a maioria pertence às classes e/ou frações de classes exploradas (proletariado, lumpemproletariado, campesinato, etc.). No entanto, apenas uma pequena minoria participa da direção do partido. Como se explica isto?

A explicação só pode ser encontrada nas condições de vida destas classes e frações de classe. Sem dúvida, a vida marcada pelo cansaço, falta de tempo, preocupações imediatas, é um dos principais motivos do afastamento dos proletários e indivíduos de outras classes que vivem do trabalho da direção do partido, pois os membros das classes privilegiadas se

encontram numa situação de vantagem, já que podem dedicar mais tempo e se empenhar mais na luta cotidiana.

Outra vantagem destes se encontra nos recursos financeiros superiores de que dispõem. Isto lhes permite manter suas contribuições em dia com o partido, comprar livros e textos para aperfeiçoar sua formação intelectual (o que é muito importante em um partido que supervaloriza o saber e é marcado por disputas ideológicas, embora predomine a retórica sobre o saber real).

Outro motivo existente para se formar esta hierarquia de classes sociais no partido político se encontra no que Michels qualificou de “superioridade intelectual dos chefes profissionais”, que é completada pela “incompetência formal e real das massas”². Na verdade, R. Michels está correto apenas em parte. Realmente o saber assume grande importância na dominação burocrática, mas, entretanto, devemos distinguir entre as formas do saber e a questão de sua relação com a capacidade dos indivíduos.

Não existe nenhuma incompetência formal e real nas “massas” do ponto de vista intelectual. As “massas” possuem a mesma capacidade intelectual que os chefes do partido. A diferença se encontra no direcionamento em que se dá o desenvolvimento intelectual dos indivíduos e no grau de complexidade formal com que se manifesta. Além disso, pode-se falar em “níveis de desenvolvimento intelectual”, mas que são pequenos e não surgem de nenhuma “incapacidade”, seja de origem biológica ou genética, e sim de bloqueios provocados por desinteresse ou problemas psíquicos. Estes, por sua vez, são produzidos socialmente e são superáveis.

²MICHELS, Robert. Ob. cit.

Devemos, pois, focalizar os dois aspectos mais importantes acima assinalados, o do direcionamento e da complexidade, e deixar de lado a questão do bloqueio ao desenvolvimento “intelectual”, que se manifesta mais em casos individuais limitados.

O direcionamento do desenvolvimento da consciência de um indivíduo é provocado pela sua experiência e pelo seu interesse. Trabalhos etnográficos revelaram, por exemplo, que em algumas sociedades indígenas os indivíduos desenvolveram um complexo sistema classificatório de plantas que são comparáveis aos realizados pelos pesquisadores em botânica em nossa sociedade³. As razões disto são a experiência e o interesse destes indivíduos por estas plantas e que são produtos da importância que elas possuem para tais sociedades, pois são utilizadas como uma das principais fontes de alimentação e de remédios.

Os trabalhadores não possuem a mesma experiência e nem os mesmos interesses que os chamados “intelectuais”, ou que os burocratas do partido. Os intelectuais profissionais possuem interesse em armazenar dados, informações, livros e idéias tanto para utilizar em sua profissão quanto para a luta política cotidiana, dentro e fora do partido. Sua experiência (educação escolar, atividades profissionais) também colabora neste sentido.

Os trabalhadores, mesmo aqueles que possuem uma consciência de classe desenvolvida a ponto de compreender a necessidade de “acumular” saber, não possuem o mesmo grau de experiência, tal como, por exemplo, o hábito de leitura, o

³Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, Papyrus.

que dificulta seus estudos. Além disso, muitos trabalhadores demonstram, por diversos motivos, desinteresse pelo que se chama geralmente de “acumulação de conhecimento”.

A complexidade das formas de expressão está ligada à linguagem utilizada para se referir à realidade, ou seja, existem discursos simples e discursos complexos em sua forma de manifestação. O discurso científico, por exemplo, se caracteriza pela utilização de uma linguagem complexa organizada sob a forma de sistema. Já o discurso popular é realizado através de uma linguagem simples e sem haver, necessariamente, uma visão de conjunto da realidade.

A utilização de “palavras difíceis” pode provocar a ilusão de que se fala com conhecimento de causa ou fornecer a imagem de autoridade científica para quem faz o discurso. A linguagem simples, por sua vez, pode expressar a realidade e parecer, justamente devido sua simplicidade, que não reflete as coisas como elas são. O fato é que uma linguagem complexa pode expressar um saber falso e uma linguagem simples um saber verdadeiro.

Ocorre, porém, que isto consegue convencer a muitos e tem uma grande influência nas disputas ideológicas no interior do partido. Isto é mais forte ainda tendo-se em vista o “culto à autoridade” existente na nossa sociedade. As autoridades intelectuais (cientistas, professores, técnicos, etc.) ganham respeito, simpatia e notoriedade pelo simples “*status*” profissional, que nem sempre corresponde a uma real competência e saber.

Estes dois aspectos facilitam o predomínio dos burocratas no partido, mas além deles existe um outro de importância fundamental: realmente existe uma superioridade dos chefes partidários sobre as massas que é expressa não só no

direcionamento e na complexidade de seu discurso. Este se encontra na eficácia política de tal discurso.

Tal eficácia surge do *saber funcional acumulado* pelos líderes do partido. Sem dúvida, estes possuem um grande domínio sobre os estatutos e regimentos adquirido no parlamento, nos sindicatos, nas universidades ou em qualquer outra instituição burocrática existente.

Pode-se dizer que “os parlamentares tornaram-se mestres na arte de dirigir as assembléias, de aplicar e de interpretar os regulamentos, de propor moções no momento oportuno, enfim, de usar toda sorte de artifícios para evitar a discussão de pontos controvertidos, para arrancar de uma maioria hostil um voto que lhes seja favorável, ou, pelo menos, e no caso mais desfavorável, para reduzir essa maioria ao silêncio. E para atingir este fim não faltam meios: desde a maneira hábil e, às vezes, ambígua do voto, até a ação sugestiva que se exerce sobre a multidão através de insinuações que, embora não tenham nenhuma relação com a questão, não deixam de impressionar a audiência”⁴.

O saber funcional acumulado vai além deste tipo de competência técnica e manipulatória embora o englobe. Ele também inclui o instrumental necessário para o seu próprio desenvolvimento, tal como o domínio da linguagem e de informações necessárias, a erudição (falsa ou verdadeira, sendo que a falsa se caracteriza pela superficialidade e/ou “dizer saber” enquanto que a verdadeira, muito rara em partidos políticos, se fundamenta num real saber), as técnicas matemáticas e científicas, etc.

⁴MICHELS, Robert. Ob. cit., p. 55.

A característica fundamental do saber funcional acumulado é que ele é, como o próprio nome diz, “funcional”, o que significa que ele possui uma funcionalidade relativa a algo, que, no caso aqui tratado, é a sociedade capitalista ou a setores de atividades específicos existentes no seu interior. O pensamento mítico, por exemplo, é funcional nas sociedades indígenas, pois não só fornece uma explicação do mundo como é útil para a reprodução da sociedade e do indivíduo socializado. Quando um mito, por exemplo, retrata o incesto como a origem de algum mal social, ele tem a utilidade de servir para a reprodução de determinadas relações sociais que proíbe o intercuro sexual entre determinadas pessoas.

Por conseguinte, o saber funcional é caracterizado por ser útil à sociedade e aos indivíduos que vivem nela. Este é o tipo de saber valorizado pela sociedade. O saber não-funcional, ao contrário, é desvalorizado por ela, tal como é o caso, tomando como exemplo a nossa sociedade, do folclore, da religião, do pensamento mítico, entre outros.

Existem outras formas de saber que são socialmente úteis mas que não são úteis para a reprodução da sociedade e dos indivíduos integrados nela, ou seja, de indivíduos cuja reprodução reforça a existência dela.

Resta explicar o uso da palavra “acumulado” no que se refere ao saber funcional. Todo indivíduo possui um processo histórico de vida e nele vai “adquirindo” uma certa quantidade de saber funcional.

Os indivíduos oriundos da classe burguesa ou da classe burocrática possuem um saber funcional acumulado em seu processo histórico de vida maior do que os provenientes das classes exploradas.

Tal quantidade a mais acumulada de saber funcional inicia-se na própria família que repassa parte do saber funcional acumulado dos pais aos filhos. A escola freqüentada pelas crianças das classes privilegiadas reforça isto e as crianças das classes exploradas, devido seu saber funcional acumulado em sua família ser menor, encontram mais dificuldades em obter um “sucesso escolar”, sendo que geralmente lhe resta o “fracasso escolar”.

Foi partindo desta constatação que os sociólogos franceses Bourdieu e Passeron elaboraram a tese do capital cultural e do capital lingüístico que os indivíduos levam para a escola⁵. O grau de escolaridade também aumenta a quantidade de saber funcional acumulado pelo indivíduo. O acesso a determinados “bens culturais e simbólicos” também serve ao seu acréscimo.

A linguagem é um instrumento técnico e manipulatório poderoso. Um indivíduo “comum” possui um repertório de aproximadamente 300 palavras enquanto que um cientista pesquisador dispõe de aproximadamente 30.000 palavras.

Portanto, não resta dúvidas de que os indivíduos provenientes das classes privilegiadas possuem um saber funcional acumulado superior aos pertencentes às demais classes sociais e, por conseguinte, possuem melhores condições de entrarem para a burocracia partidária e conquistar a hegemonia no interior do partido.

A dominação burocrática tem outro elemento importante que lhe favorece: a reprodução da sociabilidade capitalista no

⁵BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução — Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

interior do partido. Esta forma histórica e específica de sociabilidade se caracteriza pela burocratização e mercantilização das relações sociais e pela competição social.

A mercantilização das relações sociais é produto da expansão das relações de produção capitalistas que passa a penetrar no conjunto da vida social. Tudo passa a ser considerado uma mercadoria e a ser medido pelo seu valor de troca. Com a expansão da produção de bens de consumo a partir da segunda guerra mundial (que muitos sociólogos identificaram com a formação de uma “sociedade de consumo”) e com o processo de expansão do setor de serviços, tanto estatais quanto privado, se produz uma verdadeira mercantilização das relações sociais. O acesso ao serviço de saúde, ao lazer, aos estudos, entre outros, passam a ser mediados pela troca comercial. O consumismo, incentivado pelos meios de comunicação de massas, se torna uma realidade cada vez mais presente.

A competição social tem sua origem no caráter competitivo da produção capitalista. Os empresários competem entre si na busca de um mercado consumidor para os seus produtos e os trabalhadores competem entre si por uma melhor colocação na hierarquia da empresa ou por um lugar no mercado de trabalho. Capitalistas e trabalhadores competem entre si para ficar com uma fatia maior do excedente produzido.

Esta competição se reproduz nas demais relações e cria indivíduos altamente competitivos. Os jogos de competição são formas de se inculcar na mente das pessoas o espírito competitivo. Isto se reproduz no conjunto das relações sociais e cria a competição social. A competição gira em torno da busca de *status*, ascensão social, etc.

A burocratização das relações sociais também tem sua origem na produção capitalista que produz uma divisão entre direção e execução do trabalho. A divisão entre trabalho intelectual e manual é reforçada na sociedade capitalista. Ocorre, no capitalismo, uma expansão da divisão social do trabalho e uma centralização do poder político que não existia nas sociedades escravista antiga e feudal, entre outras.

A partir do fim da segunda guerra mundial ocorre o processo de expansão da produção de bens de consumo, do setor de serviços e da intervenção estatal no processo de produção e distribuição, o que provoca um alargamento da burocratização das relações sociais⁶.

Tudo isto se reproduz nos partidos políticos e, em especial, nos partidos social-democratas. A competição social, a burocratização e a mercantilização estão presentes no partido e se reproduz, assim como a ideologia e a mentalidade burguesas, junto à maioria dos filiados e isto reforça a hegemonia da burocracia, pois facilita o processo de corrupção e cooptação de indivíduos e dificulta a ação dos dissidentes.

O partido político torna-se, para muitos indivíduos oriundos das classes exploradas e também das classes auxiliares, um meio de ascensão social. Isto pode ser conquistado tanto através de um cargo no partido quanto

⁶ Trata-se da instauração de um novo regime de acumulação, o intensivo-extensivo, sendo intensivo no bloco imperialista e extensivo no bloco subordinado do capitalismo. Este novo regime de acumulação está intimamente ligado com a nova fase imperialista do capitalismo, marcado pela expansão transnacional e aumento da exploração internacional (cf. VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003).

através de uma candidatura a cargo público ou nomeação por parlamentares e/ou membros do poder executivo que são do partido, o que faz surgir pequenos grupos em torno destes líderes.

A liderança em movimentos sociais, instituições, organizações fornece não só *status* como também um maior poder de barganha dentro do partido, pois assim não só se conquista recursos (financeiros, entre outros) como também se pressupõe que tal pessoa que assume algum tipo de liderança possui respaldo e influência junto a setores da população, o que pode significar um retorno considerável em matéria de votos.

A burocratização das relações sociais se reproduz no partido não só no sentido de produzir indivíduos de personalidade autoritária quanto no de produzir pessoas submissas, que possuem medo de tomar iniciativas e realizar inovações e que reproduzem o culto à autoridade.

A mercantilização das relações sociais se revela na valoração que os indivíduos do partido dão ao *ter* em detrimento do *ser*, ou seja, o critério utilizado para se medir as coisas e pessoas é puramente mercantil. Isto reforça a valoração dos chefes do partido, pois são estes que possuem o melhor carro, a melhor roupa, etc.

Isto tudo provoca a reprodução do racismo, do sexismo e de outras formas de preconceito e discriminação contra indivíduos, pois as lutas internas, a competição social e a ideologia e mentalidade burguesas reforçam tais práticas.

A burocracia partidária, reforçada pela burocracia sindical e demais classes auxiliares da burguesia, diante da reprodução da sociabilidade e da mentalidade burguesas conquista a hegemonia absoluta no partido. O saber funcional

acumulado, os diferentes níveis de renda, entre outros fatores, colaboram com a predominância desta hegemonia.

A questão dos recursos financeiros inferiores dos indivíduos pertencentes às classes exploradas é maior nos países de capitalismo subordinado (“terceiro mundo”) do que nos países de capitalismo superdesenvolvido (EUA, Europa Ocidental, Japão). Isto é visível no fato de que a questão financeira das contribuições dos filiados ao partido muitas vezes é colocada em discussão.

Resta, para concluir esta parte sobre os partidos social-democratas, deixar claro que isto tudo que foi exposto não significa que a prática da burocracia partidária e de outros integrantes é sempre realizada de forma planejada. Embora o maquiavelismo esteja bastante e amplamente presente nestes partidos, existem exceções, que são as pessoas bem intencionadas que executam tais práticas sem ter consciência delas.

Os partidos social-democratas, que se dizem “socialistas” ou de “esquerda”, são aqueles que atraem um maior número de trabalhadores e jovens que buscam efetivar uma transformação social ou que são influenciados pela teoria marxista da sociedade. É por isto que surgem as “tendências de esquerda”, inspiradas no bolchevismo, no marxismo ou na sua própria experiência prática na luta cotidiana.

Entretanto, estas tendências são carregadas pela ambigüidade, pois não reconhecem a essência do problema. Geralmente acusam os líderes de “traição”, “corrupção”, “direitização” e propõe como solução a mudança no quadro de dirigentes-dirigidos e por isso apelam para a crítica moralista e/ou pessoal.

Tal fato expressa que as “tendências de esquerda” são ineficazes nos partidos social-democratas. Muitas vezes elas entram no jogo e em troca da permanência no partido ou do apoio eleitoral passam a ocupar cargos no partido, no parlamento ou nas instituições estatais dirigidas por ele. Outras vezes, conseguem uma influência considerável no partido e um número de cargos elevados na burocracia partidária, mas não conseguem alterar o quadro, nem interno nem externo, terminando por se corromper, seja através de sua extinção enquanto tendência ou através de sua cisão interna, sendo que os dissidentes continuam na oposição.

Assim, tais “tendências de esquerda” reforçam a credibilidade e legitimidade do partido tanto no que se refere ao “público interno” quanto ao “público externo”. Elas colaboram também com a manutenção de indivíduos insatisfeitos com o partido e com a entrada de novos militantes por intermédio delas. Desta forma, elas são úteis ao partido. Quando sua oposição é muito frontal, pode ocorrer a expulsão. Este foi o caso dos grupos trotskistas expulsos do Partido dos Trabalhadores, no Brasil (Causa Operária e Convergência Socialista).

Enfim, após todas estas considerações podemos dizer que o caráter de classe de um partido não pode ser definido por estatísticas referentes à origem de classe dos indivíduos filiados. Tal concepção é apenas uma forma de escamotear as questões realmente importantes e que podem dar respostas a este problema.

Um terceiro elemento que pode colaborar com a compreensão do caráter de classe de um partido, que é, no entanto, o menos importante, é a do seu “público alvo”. Este

aspecto será tratado no capítulo sobre “Partidos, Eleições e Democracia Burguesa”.



“O homem dividido: Ter ou Ser?”

Origem e Formação dos Partidos

A origem dos partidos políticos modernos ocorre num contexto histórico preciso que é o da luta de classes no século 19, quando ocorre mudanças nas formas capitalistas de regularização das relações sociais (Estado capitalista, democracia burguesa, etc.)¹. Estes são os partidos de origem primária, surgidos nos primeiros países capitalistas, na Europa Ocidental.

Nos países em transição para o capitalismo ou de capitalismo retardatário (Rússia, América Latina, etc.), eles surgem como cópias dos modelos da Europa Ocidental devido à influência cultural que os países “centrais” exercem sobre os países “periféricos”.

Os partidos políticos modernos surgem no século 19. “Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo: encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito. Em 1950, estes

¹Utilizamos o conceito de *formas de regularização das relações sociais* como equivalente da noção de “superestrutura”, tal como utilizada na tradição marxista. Sobre tal conceito, veja-se: VIANA, Nildo. *A Consciência da História — Ensaio Sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. Goiânia, Edições Combate, 1997.

funcionavam na maior parte das nações civilizadas, os outros se esforçavam por imitá-las”².

No contexto histórico marcado pela consolidação das instituições burguesas e pelo fortalecimento do movimento operário surgem as pré-condições necessárias para o surgimento dos partidos políticos na Europa Ocidental. Isto ocorreu durante a derrubada das instituições feudais e/ou de seus resquícios, quando a burguesia hegemonizou o movimento oposicionista e criou à sua semelhança novas instituições. Entretanto, na sua luta contra a nobreza a burguesia possuía um aliado incômodo: o proletariado.

O proletariado combatia o mundo feudal lado a lado com a burguesia, mas buscava se autonomizar e defender seus próprios interesses. Na Revolução Francesa, por exemplo, os *sans-cullotes*, “o braço pobre da revolução”, ensaiava o processo de autonomização da classe operária.

Em 1871, a autonomização do proletariado adquiriu seu ápice, ensaiando a primeira revolução proletária. Trata-se da experiência heróica da Comuna de Paris, onde autogestão social tornou-se realidade e foi quando se esboçou os primeiros conselhos operários.

A feroz e violenta repressão burguesa abateu-se sobre os operários parisienses e o sangue tomou conta das ruas, em substituição às barricadas. A burguesia aprendeu muito com a Comuna de Paris e passou a buscar controlar a classe operária não só através da repressão e da ideologia, mas através também de instituições sociais que “enquadrassem” a classe operária.

²DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 19.

A crise do regime de acumulação extensivo, dominante desde a Revolução Industrial, expresso na luta dos trabalhadores pela diminuição da jornada de trabalho e na Comuna de Paris, provocou a constituição de um novo regime de acumulação, o regime de acumulação intensivo, que se caracterizou por provocar mudanças nas relações de trabalho (generalização do taylorismo), nas relações internacionais (o neocolonialismo) e no Estado (o Estado Liberal-Democrático). Estas mudanças provocaram alterações nas demais formas de regularização das relações sociais. A democracia censitária, baseada no nível de renda, é substituída pela democracia partidária, gerando assim o sistema de partidos políticos³. A nova formação estatal recuava diante do proletariado, fazia concessões, mas simultaneamente buscava retirar a eficácia delas e criar mecanismos de integração desta classe no seu processo de reprodução.

Tal tentativa, entretanto, já existia antes da Comuna de Paris. O proletariado criava suas próprias instituições buscando se proteger da exploração capitalista, que assumia níveis elevados neste período histórico (durante a Revolução Industrial Inglesa e até nos Estados Unidos de 1936, era comum homens, mulheres e crianças trabalharem até 16 horas por dia sob péssimas condições de trabalho oferecidas pelas nascentes indústrias capitalistas).

Os sindicatos, as ligas políticas, entre outras formas de organização, foram as primeiras instituições de resistência proletária e que contavam com diversas pessoas oriundas de

³ VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

outras classes sociais. São estas pessoas, juntamente com alguns proletários, que irão produzir o socialismo utópico (Babeuf, Owen, Fourier, Wetling, Saint-Simon, entre outros), o anarquismo (Proudhon) e posteriormente o marxismo (Marx, Engels).

Nascia, assim, o movimento socialista. O socialismo utópico se caracterizava por propor uma sociedade ideal em substituição a atual sociedade capitalista e propunha como meios a educação, a razão, as tentativas de criar cidades ou cooperativas “modelos”, ou seja, meios muito pouco realistas. O socialismo utópico logo seria superado pelo anarquismo e pelo marxismo. O anarquismo combatia o Estado, a autoridade e toda e qualquer forma de poder e propunha a instauração da anarquia (sociedade “sem governo”, autogerida). O anarquismo, posteriormente, se dividiria em diversas correntes, inspiradas nas concepções de Bakunin, Malatesta e Kropotkin mas sempre negariam a participação nas instituições burguesas (Estado, partidos, democracia representativa).

O marxismo, por sua vez, centralizava seu ataque na exploração capitalista. A abolição da exploração só ocorreria com a instauração da autogestão social, tal como no exemplo histórico da Comuna de Paris. Posteriormente, o marxismo seria deformado e dividido em duas correntes: a social-democracia, que formaria os partidos social-democratas e socialistas e o bolchevismo, que formaria os partidos leninistas, trotskistas e stalinistas (“comunistas”).

A social-democracia abandona a idéia de revolução e de substituição da sociedade capitalista por uma sociedade autogerida, pois a sua proposta seria a de reformar o capitalismo e, através disto, produzir o bem estar social. Daí

vem o nome que as demais correntes qualificam a social-democracia: reformismo.

O bolchevismo surge na Rússia e hegemoniza a revolução de 1917. Se declarando “comunistas”, instauram um regime de capitalismo de Estado e influenciam todos os partidos não-reformistas (“comunistas”) tanto na forma de organização quanto na ideologia e nos objetivos. Os principais líderes do bolchevismo foram Lênin, Trotski e Stálin, que formariam a suas três correntes principais. Outras correntes “ditas” marxistas surgiram defendendo posições próximas a estas duas.

A única exceção se encontra no luxemburguismo (Rosa Luxemburgo) e no conselhismo (Gorter, Pannekoek, Korsch, Mattick, etc.) e em mais algumas poucas correntes políticas da época. Estas duas correntes retomariam a proposta de autogestão social e, no caso do esquerdismo, romperiam com a idéia de participação nas instituições burguesas e na formação de partidos políticos.

Após esta descrição das correntes políticas ligadas ao movimento operário, podemos retomar a questão do surgimento dos primeiros partidos políticos. As organizações operárias (sindicatos, por exemplo) e socialistas forneceriam a base e seriam o embrião da formação dos primeiros partidos social-democratas (também chamados de “socialistas”, trabalhistas, “operários”, dos “trabalhadores”, etc.). O primeiro grande partido de massas da história seria o partido social-democrata alemão, formado pela fusão de “lassalistas” (seguidores de Ferdinand Lassale, ideólogo reformista) e “marxistas” (seguidores de Marx, que foram criticados por ele, ainda vivo nesta época). Em 1914, este partido possuía mais de um milhão de filiados.

A formação de vários partidos social-democratas na Europa Ocidental ocorria no contexto de inexistência de democracia representativa-partidária. A luta pelo sufrágio universal e a radicalização do movimento operário e a necessidade da classe capitalista de legitimar sua dominação, além da necessidade de racionalização advinda do processo de produção, provocaria o surgimento da democracia burguesa partidária. No início ela funcionava de forma restrita, só podendo votar quem tinha um certo nível de renda, que excluía as classes exploradas (proletariado, campesinato, etc.) e as mulheres e jovens. Esta é a chamada democracia censitária, que seria substituída pela democracia partidária liberal⁴. O critério da renda, devido a pressões populares, seria abolido, mas o de idade e sexo, entre outros, permaneceriam. Somente na década de 30 do século 20 é que as mulheres conquistaram o direito ao voto.

As “sociedades de pensamento”, os comitês eleitorais, os clubes políticos formavam a base e o embrião dos futuros partidos burgueses.

A democracia burguesa até o início do século 20 não havia conquistado sua estabilidade. Isto quer dizer que a classe burguesa e o Estado capitalista não haviam ainda organizado ela no sentido de evitar qualquer possibilidade de mudança real e impedindo o surgimento de qualquer brecha revolucionária. É somente após a segunda guerra mundial que a democracia burguesa fecha totalmente o cerco e se torna uma garantia para a reprodução do modo de produção capitalista. A partir de então, qualquer tentativa de revolução social só poderá ocorrer contra a democracia burguesa.

⁴ VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Ob. cit.

A instauração da democracia partidária gera o processo de criação de partidos políticos. Os partidos burgueses (que se nomeiam liberais, republicanos, democratas, democratas cristãos, católicos, nacionalistas, sociais, progressistas, conservadores, etc.), os partidos social-democratas e os pequenos partidos se expandem e se organizam no interior do regime democrático representativo.

Fora da Europa Ocidental, com exceção dos Estados Unidos, cujos partidos políticos surgiram quase que simultaneamente com os da Europa, surgem os partidos de “origem secundária”. Nos países em transição para o capitalismo ou de capitalismo retardatário, as classes sociais e forças políticas copiam os modelos de partido político existentes na Europa Ocidental e os adaptam à sua realidade nacional.

Em muitos destes países, os partidos políticos surgem antes da democracia partidária. No Brasil, por exemplo, os partidos burgueses surgiram antes da consolidação de uma democracia partidária. Mas o grande exemplo é a Rússia, onde surge o partido social-democrata da Rússia, que reproduz, inicialmente, o modelo da social-democracia alemã. A cisão interna entre dois grupos, os mencheviques (liderados por Martov e ainda preso ao modelo alemão) e os bolcheviques (liderados por Lênin, levava ao extremo o vanguardismo da social-democracia alemã e propunha um partido semi-clandestino formado por “revolucionários profissionais”) marca o surgimento de um novo modelo de partido: o bolchevista. Este é um partido extremamente burocratizado e centralizado que busca conquistar o poder através do golpe de Estado e não da democracia representativa.

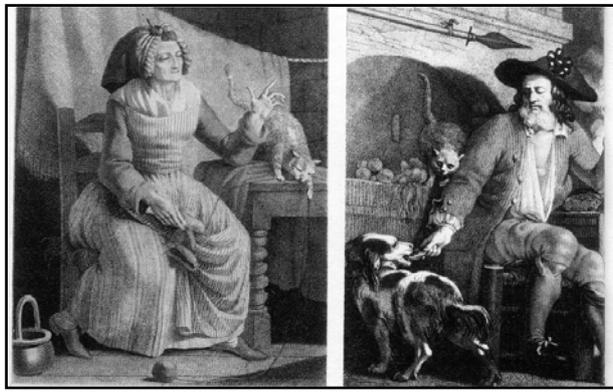
A formação dos partidos políticos específicos depende de condições históricas e sociais concretas mas podemos distinguir entre dois tipos, tal como sugeriu o cientista político Maurice Duverger. Estes dois tipos distinguem por um tipo possuir “origem interior” e outro por possuir “origem exterior”. Os partidos políticos de origem parlamentar e eleitoral são de *origem interior* e os partidos cuja origem ocorre em movimentos ou entidades da sociedade civil são de *origem exterior*.⁵

Aos partidos de “origem interior”, acrescentaríamos os de origem estatal e/ou militar, produtos de cisões em regimes ditatoriais. Os partidos de origem parlamentar e eleitoral seriam aqueles que surgiriam de grupos parlamentares ou comitês eleitorais no período de formação da democracia burguesa. Após a consolidação desta, tais partidos só surgiriam a partir de cisões, fusões ou “retorno” (no caso de passagem de um regime ditatorial para um regime democrático representativo, onde se retoma as antigas organizações representativas) de partidos políticos já existentes. Podemos citar como exemplo os casos dos partidos brasileiros, o PFL — Partido da Frente Liberal — e o PSDB — Partido da Social-Democracia Brasileira —, pois o primeiro foi produto de uma cisão do PDS — Partido Democrático Social — e o segundo do PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Os partidos de origem exterior possuem como grande exemplo os partidos social-democratas. Estes, na maioria das vezes, surgem a partir dos sindicatos operários, tal como no caso do Partido Trabalhista Inglês e do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, que surgiu a partir do “novo

⁵Cf. DUVERGER, Maurice. Ob. cit.

sindicalismo” do final dos anos 70, incorporando também setores da igreja e de pequenos grupos políticos (principalmente trotskistas). Outros podem surgir através de associações patronais (partidos burgueses), movimentos sociais (tal como os “partidos verdes”, que surgem do movimento ecológico), categorias profissionais ou sociais (tal como o partido dos aposentados, no Brasil), de grupos intelectuais (tal como a Reunião Democrática Revolucionária na França, incentivada pelo filósofo existencialista Jean-Paul Sartre), entre outras formas de “origem exterior”.



A Auto-Imagem dos Sans-Cullotes: “Artesãos Nobres”



A forma “amável” como a burguesia retratava os sans-culottes...

A democracia partidária exerce uma influência considerável sobre os partidos políticos. Ela influencia não só no processo de formação e de funcionamento como também no seu próprio caráter de classe.

A democracia partidária funciona através do sistema eleitoral, parlamentar e partidário. Ela se fundamenta e se legitima na legalidade imposta pelo Estado. Em outras palavras, o Estado capitalista impõe determinadas leis que regem a democracia representativa.

Mas não é no parlamento que se produz as leis? Isto é verdade mas não toda a verdade. Na origem da democracia burguesa e na redemocratização burguesa após a existência de um regime ditatorial já existe um conjunto de leis, que, inclusive, determinam a forma de funcionamento desta democracia.

A redemocratização burguesa no Brasil, no final dos anos 70 e início dos anos 80, por exemplo, não foi realizada num vácuo legal. Já existiam leis que regulamentavam a existência dos partidos, o processo eleitoral, as funções e poderes do parlamento, etc. Até 1982 funcionou o sistema do bipartidarismo, ou seja, só podiam existir dois partidos (na época eram a ARENA — Aliança Renovadora Nacional — e o MDB — Movimento Democrático Brasileiro). A partir de 1982 passou a funcionar o regime pluripartidário que, entretanto, apresentava inúmeras restrições para o registro de partidos. Foi neste período que surgiram o PDT — Partido

Democrático Trabalhista —, o PT — Partido dos Trabalhadores — e o PTB — Partido Trabalhista Brasileiro. Além destes, existiam a ARENA, que mudou de nome para PDS — Partido Democrático Social —, e o MDB — que mudou de nome para PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Com o avanço do processo de redemocratização as restrições diminuíram e muitos outros partidos foram criados ou legalizados, sendo que a título de exemplo se pode dizer que o PCB — Partido Comunista Brasileiro —, e o PC do B — Partido Comunista do Brasil — foram legalizados (pois já existiam na ilegalidade) e muitos outros foram criados.

A nova Constituição Federal alterou algumas regras e manteve outras. Ocorre, porém, que ela foi produzida a partir do sistema legal anterior. As limitações que este último provocou na convocação e instalação da assembléia constituinte são irrecuperáveis, a não ser que se convoque uma nova assembléia, sob uma nova situação.

As novas leis, entretanto, conservaram algumas das exigências produzidas casuísticamente pelo regime militar. Isto se vê claramente na exigência que o regime impôs aos novos partidos no que diz respeito ao nome: todos deveriam ter na sigla o nome “partido”. O governo militar pretendia com isso recuperar o espaço eleitoral perdido para o único partido de oposição, o MDB. A disputa se resumia em situação (ARENA) versus oposição (MDB) e o fim do bipartidarismo foi uma estratégia visando retirar este caráter plebiscitário das eleições e dividir os votos da oposição e a mudança de nome tinha como objetivo confundir os eleitores, pois criaria uma alteração “radical” nos nomes dos partidos.

Os dois grandes partidos, a ARENA e o MDB, teriam que colocar em seu nome a expressão partido e isto deveria confundir os eleitores. A ARENA, querendo apagar das mentes dos eleitores o seu passado, passou a se chamar PDS — Partido Democrático Social —, o MDB, por sua vez, que queria manter viva na mente dos eleitores o seu passado oposicionista, apenas acrescentou a palavra “partido” ao MDB e se tornou, assim, o PMDB, e diminuiu a eficácia da estratégia governista.

Isto, entretanto, permaneceu na legislação eleitoral e partidária em vigor. Este exemplo apenas confirma o efeito e as limitações que o sistema legal anterior provoca no atual.

O parlamento (poder legislativo) possui a função de elaborar as leis e por isso aparenta ter uma certa autonomia em relação ao governo (poder executivo) e ao poder judiciário. A realidade contradiz a aparência. O parlamento sofre, sem dúvida, a pressão da sociedade civil (grupos de pressão) e da opinião pública (eleitores), mas também a do governo, que não só pressiona o parlamento como possui seus próprios representantes presentes nele, que são os parlamentares do partido no governo e de seus partidos aliados.

As leis aprovadas são o resultado do confronto entre forças de pressão que são a opinião pública, os grupos de pressão, as diretrizes dos partidos e a burocracia partidária, as alianças partidárias, os meios de comunicação de massas, a pressão do governo. Além disso, as leis aprovadas devem estar em concordância com a constituição, o que lhe impõe uma limitação legal. O parlamento, na verdade, possui uma autonomia bastante restrita.

Todas estas forças de pressão não estão agindo com objetivo de atingir o bem estar geral da população, mas, ao

contrário, agem de acordo com os seus interesses particulares. Os *lobbies* de empresários, os partidos políticos, o governo, etc., que são as mais fortes forças que atuam sobre o parlamento, defendem interesses particulares que contradizem os interesses das classes exploradas, que formam a maioria esmagadora da população.

As demais forças de pressão, tal como os sindicatos, movimentos sociais, etc., possuem um poder de pressão muito restrito. A opinião pública, por sua vez, exerce uma pressão fraca e muitas vezes o parlamento aprova o que a agrada mas sabendo que certamente ela será vetada pelo poder executivo ou não será colocada em prática por este. O poder de pressão da opinião pública só aumenta e se torna uma força determinante quando é incentivada (e às vezes manipulada) pelos meios de comunicação de massas.

Portanto, é este parlamento de autonomia restrita que irá produzir a legislação eleitoral e partidária. O parlamento mantém uma relação forte com o governo. O Estado, por sua vez, é o poder coletivo da classe dominante, e isto se aplica ao governo. O parlamento pode ser palco de contradições sociais que podem opor classes e frações de classes, principalmente em situação de crise. O governo e o poder judiciário passam a representar as leis já instituídas, que são coisificadas, petrificadas, pois quando foram produzidas refletiam uma determinada correlação de forças que já foi superada. O parlamento só pode produzir modificações desde que não alterem este quadro legal estabelecido que é a constituição.

O governo também pode apresentar projetos de lei, não apenas diretamente como também através dos membros dos partidos que lhe dão apoio. A lei eleitoral e partidária é

produzida, desta forma, de acordo com os interesses da classe dominante.

Cabe ao Estado manter a ordem legal, ou seja, o Estado através de seus aparelhos repressivos (exército, polícia), possui o suporte legal para exercer a violência física com o objetivo de defender a permanência da execução das leis, seja por parte dos cidadãos (cumprindo com os deveres e exigindo os seus direitos), seja por parte do próprio governo.

Isto parece um círculo vicioso: o Estado, investido de legitimidade pelo sistema legal, realiza repressão para manter a ordem social (que é definida tendo como critério as leis estabelecidas e isto quer dizer que a ordem social é a ordem legal, embora muitos indivíduos — especialmente da classe dominante e, em menor grau, das suas classes auxiliares — infligem as leis e isto, na maioria dos casos, não provoca nenhuma repressão. Esta se dirige a indivíduos pertencentes às classes exploradas e principalmente à ação coletiva destas). É por isto que o sociólogo Max Weber afirmou que o Estado possui o “monopólio do uso legítimo da força”.

Portanto, um conjunto de leis estabelece as regras de participação na democracia representativa. A legalização dos partidos e o processo eleitoral estão aí incluídos. Em quase todos os países do mundo, na atualidade, um indivíduo, maior de idade, possui o direito de votar e ser votado. Aliás, isto fica evidente na maioria dos sistemas legais do mundo. O que a lei não diz imediatamente é que para ter o direito de se candidatar (ser votado) só pode ser exercido através da mediação de um partido político, ou seja, somente filiando-se a um partido político e convencendo os integrantes deste a aceitá-lo como candidato é que poderá exercer o seu “direito” de ser votado.

Acontece que não é qualquer indivíduo que consegue tal feito, tendo em vista o jogo de interesses e a organização burocrática dos partidos. Mas é este o objetivo desta lei: reduzir o número de pessoas com possibilidades de se candidatar e garantir que aqueles que conseguem isto já se adaptaram às regras do jogo (reproduzidas pelo partido, que é quem sanciona as candidaturas).

Sem dúvida, pode-se questionar: que outra forma poder-se-ia proceder, já que a possibilidade de qualquer um se candidatar poderia criar uma quantidade extraordinariamente grande de candidatos? Tal procedimento, então, parece racional e inevitável, mas não é. Isto ocorre por dois motivos: a) o critério da mediação da candidatura pelo partido político é um critério burocrático; b) podem existir outros critérios, não-burocráticos, para possibilitar o exercício mais amplo e não controlado pelo sistema burocrático de exercer este direito.

Que critérios seriam estes? Poder-se-ia criar vários critérios neste sentido, como, por exemplo, o de um indivíduo que queira se candidatar apresente uma ficha contendo assinatura de apoio de um por cento dos eleitores para o cargo que pretende ocupar. Assim, como este, outros critérios podem ser elaborados para permitir condições mais igualitárias de participação na democracia representativa.

O critério de mediação da candidatura pelo partido político é burocrático por qual motivo? Além dos motivos anteriormente colocados, podemos acrescentar o seguinte: tomando como exemplo a lei que regulamenta a legalização dos partidos no Brasil, que é um país de dimensões continentais, vê-se que só podem existir partidos que conseguem se estruturar num número X de estados (atualmente a lei estabelece nove estados). Em cada Estado o partido deve

estar estruturado num número X de municípios e ter um número mínimo de filiados e assim por diante. Isto significa, entre outras coisas, que para se estruturar um partido é preciso possuir recursos financeiros consideráveis. O que impede que agrupamentos de pessoas com baixo nível de renda (das classes exploradas) formem um partido sem contar com elementos provenientes das classes privilegiadas.

Um indivíduo para se candidatar tem que entrar em uma organização nacional, que possui seu programa, estatuto e manifesto decididos por instâncias que um indivíduo (principalmente proveniente das classes exploradas e, portanto, sem recursos financeiros, entre outros fatores) não poderá influir em nada.

Por isso, podemos dizer que a democracia burguesa realiza uma restrição à participação devido à necessidade de mediação de uma candidatura pelo partido político. Os limites impostos não atingem apenas os indivíduos mas também aos processos de criação de partidos e aos partidos bolchevistas (que também são, na maioria dos casos, pequenos) e social-democratas, embora existam diferenças de grau e também se tornam mais fortes ou menos fortes dependendo do contexto histórico. Num país com as dimensões espaciais do Brasil, a exigência de “caráter nacional” aos partidos é um obstáculo quase que intransponível para forças políticas que se pretendem tornar partidos e são fortes em um Estado mas que não possuem representação em outros.

A disputa eleitoral entre os partidos também é marcada pela desigualdade. A disputa eleitoral não possui apenas limitações legais, pois existem “os fatores reais do poder”, como diria Ferdinand Lassale.

A razão de ser da disputa eleitoral pelos partidos se encontra na busca da vitória eleitoral e, por conseguinte, do poder. Tomando como exemplo o Brasil, vemos que o próprio sistema eleitoral pressiona os partidos políticos a buscarem a vitória. Isto se vê claramente na legislação sobre o uso do horário gratuito em rádio e televisão. Segundo a legislação, somente os partidos que possuem um determinado número de cadeiras no parlamento é que podem utilizar o horário gratuito e o tempo é dividido proporcionalmente pelo número de deputados de cada partido, o que significa que o partido mais forte, que é o que conseguiu mais vitórias eleitorais, e, por conseguinte, elegeu mais deputados, terá maior espaço no tempo do horário gratuito.

A vitória é então o objetivo dos partidos políticos. Mas para conseguir esta vitória, na sociedade capitalista contemporânea, é preciso possuir recursos financeiros, pois uma disputa eleitoral na atualidade não se faz sem propaganda de massas, cabos eleitorais, discurso planejado e divulgado para ampla camada da população, etc. Os partidos burgueses possuem uma vantagem considerável neste ponto. Os partidos pequenos, bolchevistas e social-democratas ficam em desvantagem e os partidos fascistas, por serem partidos burgueses e, sendo assim, financiados por burgueses, não sofrem nenhuma perda neste terreno. O efeito dessa necessidade eleitoral é reforçar a corrupção e burocratização dos partidos social-democratas e diminuir a força da participação dos setores explorados da sociedade.

Os partidos burgueses possuem muito mais recursos financeiros para realizar propaganda de massas e tudo que lhe acompanha (panfletos, *outdoors*, comitês, cabos eleitorais, automóveis, aparelhagem de som, adesivos, estrutura para

produzir jornais e programas de rádio e televisão e até mesmo “distribuição de brindes”, tais como camisetas, bonés, chaveiros, canetas, etc.).

Os grandes centros urbanos tornam necessário, devido sua extensa população, a propaganda de massas. O maior número possível de pessoas deve ter acesso ao nome dos candidatos. Os *outdoors* e adesivos, ao lado da propaganda nos meios de comunicação de massas, cumprem esta função.

Os panfletos, por sua vez, geralmente cumprem a mesma função. Eles, no entanto, apresentam, além do nome, número e partido, a foto e uma breve “biografia” do candidato. Roland Barthes afirma, em uma breve consideração sobre a “fotogenia eleitoral”, que a fotografia retoma o “fundo paternalista das eleições”, que é equivalente à sua natureza “representativa”, obscurecendo assim a política. Isto ocorre por que através dela o que se vê não é um projeto político e sim um conjunto de bens, *status* social, valores (tal como a família, a xenofobia) e uma pose que reflete uma posição social (de intelectual, pai, etc.) e até mesmo traços eróticos, tal como se vê nas fotografias de mulheres belas, de acordo com o padrão dominante de beleza, e homens de porte atlético¹. Alguns destes panfletos apresentam algumas “propostas”, geralmente genéricas e demagógicas.

Esta função de divulgação de massas possui mais eficiência através da distribuição de brindes, pois estes são conservados por possuírem alguma utilidade e assim realiza uma divulgação permanente do candidato. O que se vê na propaganda de massas é uma mensagem despolitizada, ou,

¹BARTHES, Roland. *Mitologias*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

seria melhor dizer, uma despolíticação da mensagem política. Isto é reproduzido por todos os partidos políticos, inclusive os social-democratas e bolchevistas. É ilustrativo o caso de um partido bolchevista do Brasil que sempre lança uma candidata às eleições e sempre apresenta uma mesma fotografia, apesar do passar dos anos, e assim a fotografia reflete a sua imagem de juventude que já não existe mais.

É devido à propaganda de massas que surge uma verdadeira *indústria eleitoral*, que ganha milhões nos anos de eleição e apesar de seu parentesco com um dos temas clássicos da sociologia, a indústria cultural, não recebeu nenhum estudo aprofundado até hoje. São gráficas, agências de publicidade, institutos de pesquisa, etc., que comercializam os bens eleitorais e fazem fortunas. Aliás, os setores da sociedade ligados à indústria eleitoral são defensores extremados da democracia representativa, pois ela é uma fonte de renda indispensável.

O sistema eleitoral condiciona também o discurso dos partidos políticos. O voto é um ato individual e as classes sociais, principalmente as exploradas, não produzem, por diversos motivos, uma unidade suficiente para apresentar nas eleições um “voto de classe”. O que impossibilita o voto de classe pelos setores explorados? Existem vários motivos mas o principal reside no fato de que os partidos que dizem representá-los (os partidos social-democratas e bolchevistas) não os representam na realidade e, além disso, realizam um discurso que é condicionado pelo sistema eleitoral.

Qual é este discurso? Tendo em vista que as classes exploradas não produzem um voto de classe e que os partidos burgueses não podem falar em nome de sua classe, então o

discurso eleitoral torna-se um discurso policlassista e, portanto, despolitizante. Esta é a natureza do discurso eleitoral.

Tal discurso é policlassista por razões diferentes em partidos políticos diferentes. Os partidos burgueses utilizam o discurso policlassista pelos seguintes motivos: a) eles não podem assumir que representam apenas a classe dominante, pois isto significaria reconhecer a existência das classes e a sua posição de representante da classe privilegiada, o que facilitaria o desenvolvimento da consciência das classes exploradas da exploração e da luta de classes; b) para ganhar as eleições, os partidos burgueses precisam dos votos provenientes não só da burguesia, devido ao número pequeno dos componentes desta classe, mas também das demais classes sociais, inclusive das classes exploradas, que são a maioria, ou seja, o seu público-alvo são os eleitores em geral; e c) devido ao processo de dissimulação-simulação deve apresentar-se ou como representante do “povo em geral” ou dos explorados.

Os partidos social-democratas utilizam o discurso policlassista pelo motivo de que o seu objetivo é ganhar as eleições e, como o voto das classes exploradas se divide entre os diversos partidos em disputa, isso torna, segundo os ideólogos da social-democracia, necessário conquistar o voto das demais classes sociais.

Os partidos bolchevistas, quando pretendem ganhar as eleições (em qualquer nível) utilizam o mesmo artifício e pelo mesmo motivo. Eles fazem isto apelando para a formação de uma “frente popular” unindo a classe que ele diz representar e as demais classes sociais contra um inimigo comum, seja o “imperialismo” ou qualquer outro parecido. Quando este partido não pretende ganhar as eleições, pode tornar a classe operária o seu único público-alvo e mudar o discurso, embora

isto seja muito raro devido ao fato do bolchevismo querer conquistar o apoio do campesinato e “neutralizar” o que eles chamam de “pequena-burguesia”, mas aí já não se trata mais do discurso eleitoral propriamente dito.

Isto ocorre nos partidos social-democratas, que geralmente surgem ligados à burocracia sindical e também ao movimento operário, através de uma metamorfose do discurso. Robert Michels já havia observado que isto ocorria nos partidos social-democratas, onde o “partido operário” logo se transforma em “partido do povo”. Não faltam fatos para comprovar isto, inclusive no Brasil.

Não existe um voto de classe do proletariado por que não existe partido que realmente represente os seus interesses de classe, mesmo que fale em nome dele (discurso não-eleitoral do bolchevismo, por exemplo) e isto é reforçado pelo discurso policlassista. Mas muitos ideólogos da social-democracia buscam inverter a realidade e dizer que tal voto não existe devido a despolitização da classe operária.

O discurso policlassista da social-democracia surge não da inexistência de um voto de classe do proletariado, pois isto apenas é sua justificativa ideológica, e sim do seu objetivo de ganhar as eleições, o que significa que seus objetivos não são os mesmos que os do proletariado e que ele não representa esta classe. O partido social-democrata tem que escolher entre representar verdadeiramente a classe operária e abandonar o projeto eleitoral ou optar por este e abandonar aquele. A história comprova que a segunda opção foi a única escolhida até hoje. Seria impossível a social-democracia fazer outra escolha, pois isto seria negar a si mesma.

Desta forma, podemos dizer que a relação entre partidos políticos e democracia representativa é marcada pelo

condicionamento que esta produz naqueles. Alguns efeitos, entretanto, não foram colocados, tal como a necessidade de recursos financeiros que provoca o surgimento de financiamento de campanhas por empresários em troca de benefícios particulares, tal como a isenção de impostos. Além de apoio financeiro, a campanha eleitoral pode contar com o apoio de instituições que devido suas fortes ligações ideológicas com segmentos da população podem fornecer muitos votos, tal como certas igrejas, que, tomando o Brasil como exemplo, apóiam candidatos em troca, entre outras coisas, de doação de terrenos públicos para instalarem novas igrejas. Estes apoios eleitorais podem também exercer pressão sobre os candidatos eleitos em assuntos que lhe interessem, sendo um “grupo de pressão” permanente deste candidato. Existe, no caso do Brasil, uma proibição legal sobre o apoio financeiro a campanhas eleitorais, principalmente quando estes vêm de outros países, mas existem muitas formas de ludibriar esta lei. Existem numerosas instituições européias (igrejas, partidos, etc.) que doam dinheiro para grupos políticos, principalmente os social-democratas, e até algum tempo atrás a antiga União Soviética também cedia recursos para os seus partidários no Brasil.

Os partidos que possuem representação parlamentar logo descobrem que o seu grupo de parlamentares possui uma certa autonomia e passam não só a tomar decisões contrárias às diretrizes do partido (o que sempre provoca a discussão sobre “fidelidade partidária”) como influenciam a vida interna do partido.

Os que possuem representantes no poder executivo (que no caso do Brasil refere-se aos governos municipais, estaduais e ao governo federal) encontram o mesmo tipo de problema. O

poder de pressão daqueles que estão no poder executivo (principalmente daquele que está no cargo máximo, ou seja, é prefeito, governador ou presidente, segundo o caso brasileiro) é muito maior.

No caso dos partidos social-democratas, isto se torna mais grave ainda, pois o dirigente do partido no poder executivo dispõe de inúmeros cargos e da máquina burocrática do governo que pode ser utilizada no processo eleitoral. Neste caso, tal dirigente, geralmente, assume o comando do partido. Não se trata mais de pressão e sim de direção.

Isto se torna mais sério pelo fato de que a ascensão ao poder deteriora ainda mais a vida moral do partido: “onde quer que os socialistas sejam chefes de municipalidades, de bancos populares, de cooperativas de consumo, onde quer que eles disponham de empregos remunerados, parece evidente que seu nível moral cai consideravelmente e que os ignorantes e os egoístas representam a maioria em suas fileiras”².

Outro efeito importante da democracia representativa é a formação de *políticos profissionais* e *cabos eleitorais*. Segundo o sociólogo Max Weber, “Tanto dentro quanto fora do parlamento, é necessário o político profissional, isto é, alguém que, pelo menos idealmente, mas na maioria dos casos materialmente, faça do funcionamento de seu partido sua razão de viver. Podemos amar ou odiar essa figura, mas ela é, na sua forma atual, o produto inevitável da racionalização e da especialização do trabalho político partidário no campo das eleições de massa”³.

²MICHELS, Robert. Ob. cit., p. 121.

³WEBER, Max. *Parlamento e Governo numa Alemanha Reordenada — Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Petrópolis, Vozes, 1993.

O político profissional é aquele que retira os recursos financeiros para a sua sobrevivência da “política”, ou seja, de cargos no partido, no governo ou no parlamento. Não consideramos, como Weber, que quem faz do funcionamento do partido sua razão de viver apenas “idealmente” deva ser considerado um político profissional. Na verdade, político profissional é aquele que faz da política institucional sua profissão, o que significa três coisas: a atividade partidária, parlamentar ou governamental é a sua especialização; b) desta atividade ele retira seus rendimentos; e c) ele pode transitar de uma à outra destas atividades.

Nos partidos burgueses, os políticos profissionais surgem dos extratos inferiores do partido (classes auxiliares da burguesia, classes exploradas) e nos partidos social-democratas surge principalmente daqueles que integram a burocracia partidária, ou então dos seus extratos superiores (pequena-burguesia, burocracia sindical, etc.).

Os cabos eleitorais, por sua vez, são pessoas pagas durante o período eleitoral para fazer propaganda. São os que distribuem adesivos, panfletos, etc., nas ruas, pintam muros, entre outras atividades. São trabalhadores temporários que recebem um baixo salário pela sua atividade durante o período eleitoral, sendo recrutados nas classes exploradas.

Mas também existe o cabo eleitoral não remunerado, que é aquele que apóia um candidato esperando vantagens após a eleição, caso o candidato seja eleito. Estes são, geralmente, pessoas que possuem uma certa influência sobre parcela da comunidade e fazem propaganda eleitoral esporadicamente, usando apenas sua influência pessoal e/ou os meios massivos da propaganda eleitoral.

Os partidos social-democratas, devido sua ideologia, assim como os partidos bolchevistas envolvidos em processo eleitoral, conseguem mobilizar um grande número de filiados, e às vezes até simpatizantes, que trabalham gratuitamente na campanha eleitoral. Isto é, para a maioria destes filiados, uma extensão de suas atividades comuns no partido, nos sindicatos, nas instituições e associações, nos movimentos sociais. Estes não são cabos eleitorais por vários motivos, entre os quais o fato deles, na maioria dos casos, não visarem retorno pessoal e sim retorno “político”, ou seja, atuam por convicção política. É por isso que eles são chamados militantes e não cabos eleitorais.

Entretanto, alguns candidatos abastados dos partidos social-democratas podem contratar cabos eleitorais, pois dispõem de recursos e justamente por isso são vistos com desconfiança pelos militantes do partido. Isto ocorre apenas no período de surgimento destes partidos, pois com o processo de crescimento e burocratização e, mais ainda, com as vitórias eleitorais, os militantes mais atuantes se afastam, devido as inevitáveis decepções, e acabam sendo substituídos pelos cabos eleitorais, tanto remunerados como não, e isto é facilitado pelos recursos crescentes que o partido e os candidatos passam a dispor.

A democracia burguesa, através de seu modo de funcionamento e no contexto de uma sociedade capitalista, condiciona a ação dos partidos políticos. Um bom observador da política parlamentar cotidiana verá que os fatos confirmam esta afirmação.

Os partidos políticos possuem uma relação histórica bastante estável com a democracia burguesa. Entretanto, existem dois tipos de partido que aceitam participar na democracia representativa mas que querem ir além dela: o partido fascista e o partido bolchevista.

Este “ir além” significa que o modelo de regime político que se pretende implantar quando se assume o poder não inclui tal democracia. Por conseguinte, a democracia representativa pode até ser usada, mas desde que possa servir ao objetivo final, que é conquistar o poder do Estado. Após isto, obviamente, ela perde sua utilidade.

Entretanto, existem diferenças fundamentais entre os partidos de tipo fascista dos de tipo bolchevista. Os partidos fascistas são expressão política da classe burguesa, e mais ainda dos seus setores mais conservadores, enquanto que os partidos bolchevistas são expressão da classe burocrática, em especial de suas frações mais “ideologizadas” (burocracia partidária e sindical). Disto resulta inúmeras outras diferenças, como veremos a seguir.

Antes de qualquer coisa, torna-se necessário definir o que é golpe de Estado. Um golpe de Estado é quando um grupo de pessoas se apossa de forma ilegal do aparelho do Estado, ou seja, quando um grupo rompe com as regras legais estabelecidas, tais como a legislação eleitoral, partidária, etc., inclusive utilizando a força se necessário, e toma posse do aparelho de Estado. Isto quer dizer que o fato de se apossar do

aparelho de Estado pela via democrática não constitui, ainda, um golpe de Estado. Tal golpe, neste caso, se concretiza quando, no poder, se destrói a democracia representativa ou a reduz a mera farsa, participando apenas o partido do governo e, em certos casos, uma “oposição consentida”. De qualquer forma houve um rompimento com a legalidade anterior.

Que tipos de grupos executam golpes de Estado? Podem ser grupos internos existentes no interior do Estado, ou seja, parte ou totalidade de sua burocracia permanente (exército, por exemplo) ou então de sua burocracia provisória (o governo eleito) mas este também pode ser considerado um grupo externo, que é o partido do governo. Podem também ser exclusivamente externos, tal como partidos, grupos guerrilheiros, etc.

As condições históricas que possibilitam os golpes de Estado são os marcados pela crise de hegemonia da classe dominante. A ascensão do fascismo, das ditaduras na América Latina, da chamada Revolução Bolchevique, ocorreu neste contexto histórico. Quando os golpes de Estado são realizados pela extrema direita, eles significam uma contra-revolução preventiva da classe dominante. O momento de crise social deixa entrever uma radicalização das classes exploradas e isto coloca a necessidade da classe dominante de antecipar-se à qualquer movimento revolucionário. Por isso é sugestiva a frase: “Façamos a revolução, antes que o povo a faça”.

Quando os golpes são realizados por forças que dizem representar o proletariado, mas que na verdade representam a burocracia (bolchevismo) eles significam, simultaneamente, uma contra-revolução burocrática (impede a revolução proletária) e uma revolução jacobina (onde a burocracia ocupa

o lugar da burguesia e realiza todas as tarefas econômicas que esta realizaria).

Os golpes de Estado também são realizados durante regimes ditatoriais, seja por grupos internos (facções dissidentes), seja por grupos externos (guerrilheiros, partidos clandestinos). No primeiro caso, a disputa de facções termina com o uso da força onde uma se sobrepõe à outra, o que significa o rompimento com a “legalidade” ou o pacto anterior. No segundo caso, os grupos externos, geralmente contando com um certo apoio popular, conquista pela força o poder.

Voltemos, pois, à análise dos partidos fascistas e bolchevistas. Os dois principais exemplos históricos de partido fascista foram o PNF — Partido Nacional Fascista, da Itália e o NSDAP, o Partido Nazista Alemão. Apesar das diferenças entre estes partidos e os demais que existiram e existem ainda hoje, e entre eles mesmos, eles refletem algumas características comuns e é sobre estas que discutiremos agora.

O partido fascista é *um partido* burguês que quer se tornar *o partido* burguês. Em outras palavras, o partido fascista é uma expressão política da burguesia, embora seja uma entre outras, ou seja, o partido fascista não surge como único representante da classe burguesa, pois tem que dividir essa representação com outros partidos burgueses.

O que o distingue dos demais partidos burgueses é o seu público-alvo. O partidos fascistas são representantes da burguesia que devido ao fato de ter que dividir esta representação com outros partidos busca se reforçar com o apoio de outras classes sociais, inclusive das classes exploradas.

O Partido Nazista, por exemplo, tinha como sigla NSDAP, que significa Partido Nacional-Socialista Alemão dos *Trabalhadores*. A intenção é de escamotear seu caráter de classe e conseguir adesão de parte dos trabalhadores. O Partido Fascista Italiano, por sua vez, busca apoio de todas as classes mas que em seu discurso apelava principalmente para as classes auxiliares da burguesia. No seu primeiro período, segundo Palmiro Togliatti, o partido fascista italiano era composto por 151.000 membros, divididos pelos seguintes segmentos sociais: 27.000 trabalhadores agrícolas, 25.000 operários e marinheiros, 21.000 estudantes e professores, 18.000 proprietários agrários, 15.000 empregados, 14.000 comerciantes, 10.000 profissionais liberais, 7.000 funcionários e 4.000 industriais¹.

Isto reflete o caráter massivo dos partidos fascistas, embora isto não deva ser superestimado. Os demais partidos burgueses, principalmente quando estão no governo, possuem um grande número de filiados. O que é importante observar nestes dados é o fato de que a escalada fascista começa buscando como apoio as classes auxiliares e as classes exploradas e conquista um apoio efetivo das primeiras.

Pode-se dizer que os dados estatísticos não comprovam isto. A estatística, porém, pode ser ilusória se tomada como um dado fechado em si mesmo. A análise ingênua que Togliatti faz deles comprova isto.

A maioria dos filiados seriam “trabalhadores agrícolas”, que seriam, segundo o próprio Togliatti, membros da “pequena e média burguesia rural”. Mas a questão principal não é o

¹TOGLIATTI, Palmiro. *Lições Sobre o Fascismo*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

número de filiados e sim quais são os interesses de classe predominantes e quem detém o poder no partido. Os números, apesar da forma classificatória não se basear em critérios de classe, no sentido marxista, servem para comprovar que o partido possui um bom número de pessoas oriundas da classe burguesa (industriais, parte dos comerciantes, proprietários agrários, parte dos “trabalhadores agrícolas”) e das classes exploradas (operários e marinheiros, parte dos empregados, parte dos trabalhadores agrícolas, pequena parte dos estudantes, pequena parte dos comerciantes, pequena parte dos funcionários públicos) e que a maioria, pode-se deduzir, pertence às classes auxiliares (parte dos “trabalhadores agrícolas”, parte dos professores e estudantes, parte dos empregados, os profissionais liberais, grande parte dos funcionários públicos), ou seja, pode-se dizer que o predomínio numérico pertence às classes auxiliares da burguesia.

Ocorre, porém, que esses dados ao serem comparados com a da população total italiana, cujo número de indivíduos pertencentes à classe burguesa é, como em todos os países, muito pequeno e o das classes exploradas muito grande, veremos que o Partido Nacional Fascista Italiano possui um contingente enorme de burgueses em seu partido, bem como de membros de suas classes auxiliares.

O mais importante, no entanto, é a questão da hegemonia e quem detinha a hegemonia no partido fascista italiano era a burguesia e as exigências das classes auxiliares foram sendo superadas através da mudança do quadro de dirigentes e da nova concepção hegemônica.

O partido fascista, uma vez no poder, e com a mobilização contestatória das massas, tende a unificar o apoio

da burguesia ao seu projeto, se tornando o único partido burguês. Isto ocorreu na Alemanha nazista, na Itália fascista e em outros lugares. A origem dos partidos de caráter nazi-fascista se encontra na formação de grupos extremistas (geralmente contando com organizações para-militares) compostos principalmente por jovens oriundos das classes auxiliares que acabam se aglutinando em torno de um líder e um partido. A formação de partidos de caráter nazi-fascista não conta com grande apoio do conjunto da classe capitalista, mas apenas de alguns indivíduos desta classe. Porém, com a crise de hegemonia burguesa e com a radicalização do movimento operário, esta classe tende a buscar na social-democracia (devido sua inserção nos meios populares) e no fascismo a garantia da reprodução do capitalismo, abandonando assim os demais partidos burgueses.

O partido de tipo bolchevista segue um caminho bem diferente. Ele tem como público-alvo a classe operária e, em segundo plano, o campesinato e setores sociais considerados “progressistas”. Em grande parte dos casos, os militantes bolchevistas buscam realmente defender os interesses do proletariado. Esta sinceridade de grande parte dos membros dos partidos bolchevistas reforça a ilusão, principalmente junto às classes exploradas, mas também dentro do próprio partido, de que eles representam realmente o proletariado.

O partido bolchevista é extremamente burocrático, marcado por uma rígida divisão entre dirigentes e dirigidos. Tendo por base o chamado “centralismo democrático”, que é na verdade um centralismo burocrático, o partido seleciona aqueles que podem ser admitidos em suas fileiras, bem como busca realizar cursos de formação política e ideológica. Isto se justifica pelo fato do partido se julgar a “vanguarda avançada”

da classe operária e que por isso possui uma ciência da sociedade que lhe permite ser o portador da consciência socialista. Tal concepção se fundamenta na ideologia da vanguarda elaborada por Lênin². Na realidade, tal formação intelectual dos seus militantes é mais ilusória do que real. Ao invés de teóricos, o partido geralmente forma doutrinários que vivem da repetição da doutrina partidária e da posição assumida pelos seus líderes.

O partido não recusa por completo a participação na democracia, o que seria “desvio esquerdista”. O parlamento pode ser usado como tribuna de propaganda revolucionária. Mas não há a ilusão de derrubar o capitalismo através da democracia representativa.

O bolchevismo surgiu na Rússia e o principal exemplo histórico deste tipo de partido é o do partido bolchevique russo, que após o golpe de Estado de outubro de 1917, assumiria o poder neste país. Ele surgiu de uma dissidência da social-democracia russa que caminhava rumo ao reformismo. Após sua ruptura com a social-democracia, o bolchevismo se declarou o defensor da verdadeira ortodoxia revolucionária marxista, sendo que as outras correntes políticas revolucionárias eram rotuladas como “esquerdistas”.

A formação dos demais partidos bolchevistas ocorre através da aglutinação de intelectuais profissionais, jovens, sindicalistas em torno da ideologia bolchevique. A partir da constituição do partido bolchevique na Rússia e da consolidação do stalinismo, este modelo de partido foi exportado para o resto do mundo com sua rígida organização partidária e com a ideologia que o sustenta. A dissidência

²Cf. LÊNIN, W. *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec, 1978.

trotskista também irá se expandir e formar outros partidos bolchevistas, com algumas diferenças de pormenor em matéria de concepção de partido.

A ideologia bolchevique se inspira no marxismo, embora realize a deformação de suas principais teses, retirando-lhe o seu caráter revolucionário e proletário e substituindo-o pelo cientificismo da ideologia burocrática³. O fundamento ideológico do bolchevismo é o leninismo. Lênin era um grande líder político, de acordo com o verdadeiro sentido da expressão, ou seja, era um burocrata eficiente. Também era um jornalista competente e um escritor prolixo. Seus estudos focalizavam principalmente as questões relativas ao poder e à produção, ou, para utilizar linguagem corrente, sua especialidade era a economia e a política.

Lênin também escreveu sobre filosofia, mas neste campo foi refutado e sua fraqueza nesta área foi exposta por dois dos principais representantes do marxismo, Karl Korsch e Anton Pannekoek. Aliás, estes e outros marxistas, também refutaram as teses políticas e econômicas de Lênin, mas isto não retirou sua influência, que cresceu depois da contra-revolução bolchevique. Após os bolcheviques tomarem o poder, o leninismo tornou-se a versão oficial do “marxismo”. O chamado “marxismo”-leninismo se consolidou no mundo inteiro através dos partidos bolchevistas.

O elemento fundamental do pensamento de Lênin e dos partidos bolchevistas é a ideologia da vanguarda. Para Lênin, Marx estava correto quando demonstrou a exploração que a classe capitalista exercia sobre o proletariado. Lênin também

³ Cf. KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.

concordava que a classe operária é a classe revolucionária da nossa época e que seria ela que derrubaria o capitalismo e implantaria o comunismo.

Lênin se diferencia de Marx ao acrescentar que a classe operária precisa, para realizar a revolução social, de uma vanguarda formada por revolucionários profissionais agrupados num partido político centralizado e disciplinado. Lênin justifica isto dizendo que a classe operária jogada a si mesma não ultrapassa o nível da consciência sindical, ou seja, se limita a fazer reivindicações econômicas por melhores salários e outras questões imediatas, tal como os sindicatos fazem. Isto é se limitar ao nível das “lutas econômicas” e se submeter ao domínio da ideologia burguesa.

Os intelectuais pequeno-burgueses, por terem acesso à ciência, são aqueles que podem elaborar a consciência socialista e através do partido revolucionário, introjetar tal consciência no proletariado. Assim, o partido bolchevista teria o papel de dirigente do processo revolucionário⁴.

A contra-revolução bolchevique de 1917 foi precedida pela organização espontânea do proletariado e do campesinato que instauraram, em fevereiro deste ano, um contra-poder revolucionário: de um lado, o poder do Estado, representando a classe dominante, de outro, os conselhos operários (soviets),

⁴ A idéia de separação entre consciência socialista e classe operária foi expressa anteriormente por Kautsky, sendo inclusive citado por Lênin. Aqui se observa mais uma semelhança entre kautskismo e leninismo, que, sendo ambas ideologias burocráticas, possuem a mesma base ideológica (sobre as semelhanças entre Kautsky e Lênin, veja: BARROT, Jean. *O Renegado Kautsky e seu Discípulo Lênin*. In: VÁRIOS. *História do Marxismo*. Vol. 1. Goiânia, Edições Germinal, 2003).

representando o proletariado e seus aliados. Essa disputa entre o poder coletivo da burguesia, o Estado, e o contra-poder das classes exploradas, permaneceria até outubro, quando o partido bolchevique daria o golpe de Estado e assumiria o poder, fundindo a burocracia partidária com a burocracia estatal, e decretaria a derrota do movimento revolucionário.

A estratégia do partido bolchevista é estabelecer seu domínio sobre o Estado através de um golpe de Estado com o apoio popular. Na Rússia, o partido bolchevique buscou o apoio do proletariado e do campesinato prometendo retirar o país da guerra (primeira guerra mundial), reestruturar a produção e resolver o problema de abastecimento de alimentação e, por fim, a distribuição de terras. Tais promessas foram resumidas no *slogan*: Pão, Paz e Terra.

Uma vez no poder, o partido bolchevique dissolveu a Assembléia Constituinte, proibiu as facções internas no partido, combateu o controle operário nas fábricas, reprimiu violentamente os operários e marinheiros de Kronstadt, combateu a revolução camponesa na Ucrânia, etc.

Posteriormente, o partido bolchevique passaria a se chamar Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e este modelo de partido seria exportado para quase todos os países do mundo. Com a morte de Lênin, em 1924, haveria a disputa pelo poder entre Trotski e Stálin, que seria marcada pela vitória do segundo e o exílio do primeiro. Daí surgiriam mais duas correntes do bolchevismo, o stalinismo e o trotskismo, que se tornaram, segundo Karl Jensen, “irmãos gêmeos”⁵, ou, para parafrasear Daniel Guérin (este se referindo ao caso do

⁵ JENSEN, Karl. *Que Fazer? A Resposta Proletária*. Goiânia, Edições Germinal, 2003.

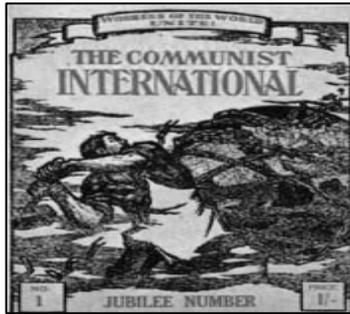
marxismo e do anarquismo), “irmãos gêmeos, irmãos inimigos”⁶. Isto foi chamado de “bolchevização dos partidos comunistas”, fenômeno que expressa o fato dos partidos comunistas terem se tornado satélites do PCUS e terem adotado suas táticas e estratégias. As correntes bolchevistas dissidentes, principalmente as trotskistas, passaram a hegemonizar o discurso considerado comunista e assim contribuíram com a bolchevização, que, embora dissidente, não passava do seu alter-ego, seu “outro eu”, pois revelou possuir o mesmo caráter de classe, organização partidária semelhante, além da reprodução da ideologia da vanguarda, entre vários outros elementos coincidentes.

O golpe de Estado levado a cabo pelo bolchevismo implantou o capitalismo de Estado na Rússia. O capitalismo de Estado abole a propriedade privada individual da burguesia e instaura a propriedade coletiva da burocracia. A burocracia russa só não conseguiu instaurar um novo modo de produção por não ter abolido a forma específica de exploração capitalista: a apropriação do mais-valor produzido pelo proletariado (é por isso que se manteve o trabalho assalariado, a troca mercantil, etc.). A diferença reside no fato de quem se apropria deste mais-valor não são os proprietários de empresas e sim a burocracia estatal, metamorfoseada em burguesia de estado. Daí a revolução bolchevique ter instaurado uma nova forma de capitalismo, o capitalismo estatal⁷.

⁶ GUÉRIN, Daniel. *Irmãos Gêmeos, Irmãos Inimigos*. In: GUÉRIN, Daniel; MALATESTA, Errico e KROPOTKIM, Piotr. *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*. 3ª edição, São Paulo, Global, 1986.

⁷ Cf. VIANA, Nildo. *O Capitalismo de Estado da URSS*. In: Revista Ruptura. Ano 1, nº 1, maio de 1993.

O proletariado e a autogestão foram derrotados pelo partido bolchevique e pela burocracia. A ideologia bolchevique pretende ser uma concepção proletária e marxista e, na verdade, se revela uma ideologia da burocracia. Portanto, o partido fascista e o partido bolchevista são dois tipos de partidos extremamente diferentes que utilizam a mesma via para conquistar o poder: o golpe de Estado.



“Internacional Comunista”

(Instituição-chave da política externa russa e de bolchevização dos Partidos Comunistas).

O Fetichismo do Partido

A idéia de transformação social ou de revolução sempre vem acompanhada por idéias a respeito da política. Como podemos transformar a sociedade? Para alguns só existe uma resposta: através do partido político.

Marx considerava que a transformação social só ocorreria quando a classe operária se autonomizasse e realizasse a revolução autogestionária. As organizações políticas só teriam função se colaborassem com o desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado e se não servissem a este propósito deveriam ser abandonadas e, se necessário, combatidas. Foi assim que ele abandonou a Associação Internacional dos Trabalhadores, dizendo que ela tinha cumprido seu papel histórico.

Foi pelo mesmo motivo que, se referindo ao nascente partido social-democrata alemão, afirmou: “há quase quarenta anos, colocamos em primeiro plano a luta de classes como força motriz direta da história e, em particular, a luta de classes entre burguesia e proletariado como a mais poderosa alavanca da revolução social. Portanto, é-nos impossível caminhar junto com pessoas que tendam a suprimir do movimento esta luta de classes. Quando fundamos a Internacional lançamos em termos claros seu grito de guerra: ‘a emancipação da classe operária será obra da própria classe operária’. Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatro cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que eles devem ser libertados pelas

cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses. Se o novo órgão do partido toma uma atitude que corresponda às idéias destes senhores, se essa orientação é burguesa e não proletária, não nos restará mais nada para fazer, por mais lamentável que seja, do que debater abertamente e romper a solidariedade da qual demos prova até agora, na qualidade de representantes do partido alemão no exterior”¹.

Como observou Jean Barrot, a concepção que Marx possuía de partido político é a do partido histórico, que é oposta a concepção de partido formal assumida pela maioria dos seus epígonos. A classe operária organizada em partido, para Marx, não tem nada a ver com a concepção burocrática e sim que ela se manifestaria de forma consciente e organizada (em suas próprias organizações e não em partidos políticos burocráticos surgidos do exterior da classe) em busca de sua emancipação².

Para Rosa Luxemburgo era o “eu coletivo” da classe operária que subverteria a sociedade capitalista e implantaria a autogestão social. A social-democracia só tinha sentido sendo o próprio movimento da classe, havendo uma unidade entre partido e classe. Logo ela viu o conservadorismo da social-democracia e também do bolchevismo. A espontaneidade revolucionária do proletariado seria a única alternativa ao burocratismo dos partidos³.

¹MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cartas*. In: MARX, Karl e outros. *A Questão do Partido*. São Paulo, Kairós, 1978, p. 30.

²BARROT, Jean. *O Movimento Comunista*. Lisboa, Etc, 1975.

³LUXEMBURGO, Rosa. *Questões de Organização da Social-Democracia Russa*. In: *A Revolução Russa*. Petrópolis, Vozes, 1991.

Otto Rühle partiria de um ponto de vista semelhante. Para ele, a revolução social é produto da totalidade da classe operária e os partidos políticos servem apenas como meios de dominação da burguesia⁴.

Uma outra visão do processo revolucionário surgiu e passou a predominar nos movimentos sociais e no movimento operário: o partido político, como vanguarda da classe operária, é que irá concretizar a transformação social.

Lênin foi o principal ideólogo da burocracia, embora tenha sido precedido por muitos outros e outros vieram após ele, vulgarizando, aperfeiçoando ou reformulando suas teses. Gramsci, que foi membro do PSI — Partido Socialista Italiano — e do PCI — Partido Comunista Italiano —, forneceria a versão reformista do vanguardismo leninista. Hoje exerce grande influência sobre os partidos social-democratas.

O que todas estas concepções possuem em comum é o que foi chamado de o *fetichismo do partido*. O partido se transformou no sujeito histórico da revolução social. Essa concepção de partido-sujeito é fetichista por que se esquece de que o único “sujeito” que existe é o ser humano. O ser humano é o único ser que possui consciência e, por conseguinte, é o único que pode planejar o seu futuro, de acordo com as possibilidades existentes, pois senão cairia no utopismo abstrato.

O partido, enquanto agrupamento de indivíduos, não poderia planejar o futuro? Um indivíduo não age livremente. Isto ocorre por que o ser humano é um ser social, e isto quer

⁴RÜHLE, Otto. *A Revolução não é Tarefa de Partido*. In: AUTHIER, Denis (org.). *A Esquerda Alemã — Doença Infantil ou Revolução?* Porto, Publicações Escorpião, 1975.

dizer que suas idéias, sua linguagem, seus interesses surgem como produto de suas relações sociais. Daí quando ele planeja seu futuro o faz sob condições determinadas, que independem de sua vontade. Mas ele pode tentar alterar estas condições e fazer valer a sua vontade desde que isto seja um produto da ação coletiva.

Somente quando um conjunto de indivíduos possui interesses comuns é que surge uma ação comum. Querer realizar a transformação social e dedicar sua vida a isto não é algo que pode ocorrer com qualquer um, simplesmente por ter acesso aos “conhecimentos científicos” ou a ideologias políticas, tal como propõe a ideologia leninista.

A classe social é uma situação do indivíduo. Pertencer ao proletariado é ser um indivíduo que possui os mesmos interesses que milhões de outros que vivem na mesma situação. Condições de vida iguais, interesses iguais. É claro que os indivíduos proletários não vivem todos exatamente da mesma forma, mas vivem de forma igual no que se refere à sua condição operária.

Neste sentido, a teoria de Marx conseguiu expressar a realidade das relações sociais. A classe operária é o sujeito revolucionário e não pode ser substituída por ninguém, mesmo que este fale em seu nome ou diga representá-la. Muitos indivíduos não pertencentes à classe operária podem ajudá-la, e muitos efetivamente o fazem. Isto, porém, não quer dizer que podem fazer sem ela ou por ela.

O partido político é um agrupamento de indivíduos com origem, idéias e interesses diferentes. São indivíduos que nasceram, foram criados e educados na (e para) sociedade burguesa. A sociedade capitalista é marcada pela burocratização, mercantilização e competição. Isto se reproduz

nos partidos políticos. O que predomina nos partidos é a burocracia partidária.

Os burocratas do partido possuem seu próprio modo de vida, suas idéias e seus interesses. O burocrata, obviamente, possui um modo de vida burocrático. Disto resulta que “não existe talvez nenhum chefe de partido que não pense e não aja e, se possui um temperamento vivo e um caráter leal, que não fale como falava digamos, o Rei-Sol: ‘o Estado sou eu’. O burocrata identifica-se completamente com a organização e confunde seus interesses com os interesses desta. Ele considera como uma ofensa pessoal toda censura objetiva dirigida ao partido por quem quer que seja. Daí a incapacidade de todo chefe de partido de apreciar de uma forma serena e justa as críticas dos adversários. E, inversamente, ele não deixa, todas as vezes que é atacado pessoalmente, de relacionar esses ataques com o partido inteiro. Nos dois casos, ele visa a tirar proveito deslocando o terreno da luta”⁵.

Os indivíduos que estão no partido não são indivíduos revolucionários. A condição de vida deles é completamente diferente de um operário. Um operário não possui controle do seu trabalho, do produto do seu trabalho e muito menos do “seu” partido. O burocrata de partido pode ser controlado por seus superiores mas compensa isso controlando os seus inferiores.

O que os indivíduos envolvidos nestas relações sociais pensam da sua situação? A mentalidade de um burocrata é burocrática. Ele quer dirigir. Mas e aqueles que são sinceros em sua pretensão de lutar pela transformação social? Estes usam o recurso da *racionalização*, processo mental analisado

⁵MICHELS, Robert. Ob. cit., p.129-130.

pela teoria psicanalítica de Freud, ou seja, eles buscam tornar racional algo que é “irracional”, isto é, sua motivação (a busca da transformação social) não pode se concretizar através de sua ação partidária e por isso se torna necessário criar uma justificativa racional para a manutenção de tal ação que contradiz sua vontade. Neste caso, a racionalidade sobrepõe-se e deforma a ineficácia da intencionalidade.

Como se pode então falar em partido revolucionário? De onde vem esta idéia? Para responder a esta questão é necessário dizer que o partido político é, nesta ideologia, distanciado da sociedade. Ele perde suas raízes, sua origem, suas determinações. O partido ganha vida própria. Ele se torna “a revolução em movimento”. Os indivíduos que o compõem sofrem o mesmo processo de isolamento da sociedade e de encarnação da revolução. Assim, toda autocrítica, toda mudança de estratégia política, tem como parâmetro não a realidade e as determinações sociais e sim os “desvios” da política do partido ou da ideologia estabelecida ou então a infiltração, vinda do exterior, da ideologia burguesa ou pequeno-burguesa e assim por diante.

Em outras palavras, na esfera da consciência burocrática, o eu (indivíduo) e o nós (o partido) são afastados da realidade social. É este processo ideológico de afastamento que pode produzir a idéia da encarnação dos princípios revolucionários no partido. É isto que possibilita que a burocracia partidária desenvolva uma consciência fetichista do partido. Para os dirigidos, é a sua própria alienação, o fato de serem dirigidos por outros e não conseguirem visualizar o fim da sua alienação que possibilita a consciência fetichista.

O que é o fetichismo? Ele é um processo no qual o indivíduo produz algo e não se reconhece neste seu produto,

tomando-o como algo independente e assim passa a adorá-lo. O criador passa adorar sua criatura e pensar que ela tem vida própria. Os seres humanos, por exemplo, produzem máquinas, ferramentas, tecnologia, etc., e depois julga que elas se desenvolvem sozinhas, tal como num certo marxismo, que faz o culto do “desenvolvimento das forças produtivas”.

O partido político se torna um fetiche e o fetichismo do partido se torna predominante no movimento operário e nos movimentos sociais. O partido ganha vida própria, repetimos. O partido como sujeito histórico da revolução (ou mesmo da transformação gradual, como propõe a social-democracia) significa a transformação ideológica da consciência fetichista da burocracia em consciência revolucionária do proletariado, e, conseqüentemente, o desprezo pela autêntica consciência revolucionária, taxada de “esquerdista”, isto é, como um desvio. A libertação não pode ocorrer tendo como meio a servidão e isto quer dizer que a classe operária só se libertará se o fizer desde o início, ou seja, se se libertar também dos seus dirigentes, de “sua” burocracia. Os meios determinam os fins e através da alienação só se pode atingir a reprodução da alienação.

O que é a revolução? Marx responde: é a transformação das relações de produção e do conjunto das relações sociais. Quem se relaciona nestas relações? Nós mesmos. Quem pode transformá-las. A resposta é a mesma: nós mesmos. Como podemos fazê-lo? Unindo-nos ao movimento operário. Por isso a questão que se coloca para o proletariado e para aqueles que buscam a transformação social não é o da “organização” e sim o da *auto-organização*. Historicamente, o proletariado tem produzido suas formas de auto-organização (conselhos de fábrica, conselhos operários, conselhos de bairro). Aqueles que

não são proletários e buscam a transformação social também buscam sua própria forma de auto-organização com o objetivo de contribuir com a luta operária (movimentos sociais, associações, centros culturais, etc.). Mas tanto uns quanto outros acabam se defrontando com os partidos políticos que, como já dizia Rosa Luxemburgo, se referindo ao bolchevismo, querem dirigir o movimento ao invés de desenvolvê-lo.

Por fim, resta dizer que o fetichismo do partido tem sua explicação nas relações engendradas pela sociedade contemporânea e que a superação completa do fetichismo só é possível através da superação da realidade que produz o fetichismo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ângela. *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- BARROT, Jean. *O Movimento Comunista*. Lisboa, Etc, 1975.
- BARROT, Jean. *O Renegado Kaustky e seu Discípulo Lênin*. In: VÁRIOS. *História do Marxismo*. Vol. 1. Goiânia, Edições Germinal, 2003.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.
- BERNARDO, João. *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto, Afrontamento, 1975.
- BOTTOMORE, Tom. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução — Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- BRUNO, Lúcia. *O Que é Autonomia Operária*. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. 7ª edição, São Paulo, Pioneira, 1984.
- GARCIA, Fernando C. *Partidos Políticos e Teorias da Organização*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.

- GUÉRIN, Daniel. *O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário*. Porto Alegre, Prôa, 1969.
- GUÉRIN, Daniel; MALATESTA, Errico e KROPOTKIM, Piotr. *O Anarquismo e a Democracia Burguesa*. 3ª edição, São Paulo, Global, 1986.
- GUILLERM, Alan & BOURDET, Y. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- JENSEN, Karl. *Que Fazer? A Resposta Proletária*. Goiânia, Edições Germinal, 2003.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.
- LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo — O Triunfo da Vontade*. São Paulo, Ática, 1986.
- LÊNIN, Wladimir. *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. 2ª edição, Lisboa, Avante, 1978.
- LÊNIN, Wladimir. *Que Fazer?* São Paulo, Hucitec, 1978
- LÊNIN, Wladimir. *Um Passo Adiante, Dois Atrás*. Lisboa, Edições Progresso, 1977.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, Papirus.
- LUTWAK, Edwart. *Golpe de Estado — Um Manual Prático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- LUXEMBURGO, Rosa & LÊNIN, Wladimir. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo, Nova Stella, 1985.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis, Vozes, 1991.

- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo, Global, 1986
- LUXEMBURGO, Rosa. *Textos Escolhidos*. Lisboa, Estampa, 1977.
- MARX, Karl e outros. *A Questão do Partido*. São Paulo, Kairós, 1978.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. 2ª edição, São Paulo, Global, 1986.
- MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. 4ª edição, São Paulo, Global, 1987.
- MATHIAS, Gilbert & SALAMA, Pierre. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MATTICK, Paul. *Integração Capitalista e Ruptura Operária*. Porto, A Regra do Jogo, 1977.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília, UNB, 1982.
- MOLAS, Isidro. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Salvat, 1980.
- MOTTA, Fernando P. *Burocracia e Autogestão — A Proposta de Proudhon*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MOTTA, Fernando P. *O Que é Burocracia*. 11ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1988.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ROSEMBERG, Arthur. *História do Bolchevismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.
- ROSSANDA, Rossana. *De Marx a Marx: Clase y Partido*. In: ROSSANDA, Rossana e outros. *Teoria Marxista del*

- Partido Político*. Vol. 3, Córdoba, Cuadernos Pasado y Presente, 1973.
- RÜHLE, Otto. *A Revolução não é Tarefa de Partido*. in: AUTHIER, Denis (org.), *A Esquerda Alemã - Doença Infantil ou Revolução?* Porto, Publicações Escorpião, 1975.
- SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo, Ática, 1987.
- STÁLIN, Joseph. *Fundamentos do Leninismo*. São Paulo, Global, s/d.
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições Sobre o Fascismo*. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- TRAGTENBERG, Maurício (org.). *O Marxismo Heterodoxo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. 3ª edição, São Paulo, Moderna, 1989.
- TRENTO, Ângelo. *O Fascismo Italiano*. São Paulo, Ática, 1986.
- TROTSKI, Leon. *Relatório da Delegação Siberiana*. Coimbra, Centelha, 1976.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História — Ensaio Sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. Goiânia, Edições Combate, 1997.
- VIANA, Nildo. *A Democracia Burguesa como Valor Universal*. In: Revista Brasil Revolucionário, ano 02, nº 08, Maio de 1991.
- VIANA, Nildo. *Alienação e Fetichismo em Marx*. In: Revista Fragmentos de Cultura. Ano nº, Maio de 1995.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo de Estado da URSS*. In: Revista Ruptura, ano 01, nº 1, Maio de 1993.

- VIANA, Nildo. *Práxis, Alienação e Consciência*. In: *A Filosofia e Sua Sombra*. Goiânia, Edições Germinal, 2000.
- VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. In: LIMA, Raymundo; PEIXOTO, Maria Angélica; QUINET, Antonio; VIANA, Nildo. *Psicanálise, Capitalismo e Cotidiano*. Goiânia, Edições Germinal, 2002.
- WEBER, Henri. *Marxismo e Consciência de Classe*. Lisboa, Moraes, 1977.
- WEBER, Max. *Parlamento e Governo numa Alemanha Reordenada — Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Petrópolis, Vozes, 1993.